



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS PARACURU

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

Paracuru-CE – 2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS PARACURU

REITOR

JOSÉ WALLY MENDONÇA MENEZES

PRÓ-REITORA DE ENSINO

CRISTIANE BORGES FRAGA

DIRETOR GERAL DO CAMPUS PARACURU

TOIVI MASIH NETO

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO DO CAMPUS PARACURU

MANOEL PAIVA DE ARAÚJO NETO

COORDENADORA TÉCNICO-PEDAGÓGICA DO CAMPUS PARACURU

SELMA ROMANA COSTA DE ALBUQUERQUE

**COORDENADORA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO AMBIENTAL**

MÁRCIO ALVES BEZERRA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ
CAMPUS PARACURU

**COLEGIADO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO
AMBIENTAL**

Márcio Alves Bezerra – Presidente

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Cledeilson Pereira Santos – Presidente

SUMÁRIO

1. DADOS DO CURSO.....	06
1.1. Identificação da Instituição de Ensino.....	06
1.2. Informações Gerais do Curso.....	06
2. APRESENTAÇÃO.....	08
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	09
4. JUSTIFICATIVA.....	13
5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	17
5.1. Normativas Nacionais Específicas para os Cursos de Graduação Tecnológica.....	17
5.2. Normativas Nacionais para os Cursos de Graduação.....	18
5.3. Normativas Nacionais Gerais.....	19
5.4. Normativas Institucionais.....	20
6. OBJETIVOS DO CURSO.....	22
6.1. Objetivo Geral.....	22
6.2. Objetivos Específicos.....	22
7. ORGANIZAÇÃO DO CURSO.....	24
7.1. Formas de Ingresso.....	24
7.2. Áreas de Atuação.....	24
7.3. Perfil Esperado do Futuro Profissional.....	25
7.4. Metodologia do Curso e Proposta Pedagógica.....	26
7.4.1. Aspectos Metodológicos.....	26
7.4.2. Práticas Pedagógicas.....	28
7.4.3. Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação.....	29
7.4.4. Políticas Institucionais de Acessibilidade e Diversidade.....	30
7.4.5. Flexibilidade Curricular.....	31
7.4.6. Política de Integração Ensino e Pesquisa Aplicada.....	32
7.4.7. Ações de Empreendedorismo e Articulação com Empresas.....	32
8. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	33
8.1. Organização Curricular.....	33
8.1.1. Princípios.....	33
8.1.2. Estrutura Curricular.....	34
8.1.3. Estágio Curricular.....	37
8.1.4. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	38
8.1.5. Atividades Complementares.....	39

8.2. Matriz Curricular e Percurso de Formação.....	42
8.3.Avaliação de Aprendizagem.....	45
8.4.Critérios para Aproveitamento de Estudos.....	48
8.5.Diploma.....	52
9.AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	54
10.APOIO AO DISCENTE.....	57
10.1.Assistência Estudantil.....	57
10.2.Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP).....	58
10.3.Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA).....	59
10.4.Coordenação do Curso.....	59
10.5.Demais Setores e Atividades.....	59
10.6.Mobilidade e Intercâmbio.....	61
10.7.Políticas Institucionais Constantes no PDI.....	62
<i>10.7.1.Monitoria.....</i>	<i>62</i>
<i>10.7.2.Atividades de Pesquisa.....</i>	<i>62</i>
<i>10.7.3.Atividades de Extensão.....</i>	<i>62</i>
10.8.Corpo Docente e Técnico Administrativo.....	64
10.9.Infraestrutura.....	65
<i>10.9.1.Salas de Aula.....</i>	<i>65</i>
<i>10.9.2.Biblioteca.....</i>	<i>66</i>
<i>10.9.3.Laboratórios Gerais.....</i>	<i>66</i>
<i>10.9.4.Laboratórios Específicos.....</i>	<i>68</i>
11.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
12.ANEXOS	
ANEXO 1: Programas de Unidades Didáticas (PUDs) – Disciplinas Obrigatórias do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental.....	
ANEXO 2: Programas de Unidades Didáticas (PUDs) – Disciplinas Optativas do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental.....	

1. DADOS DO CURSO

1.1. Identificação da Instituição de Ensino

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>Campus</i> Paracuru		
CNPJ: 10.744.098/0029-46		
Endereço: Rodovia CE-341, s/n - Km 01 - Parque Novo Paracuru		
Cidade: Paracuru	UF: CE	Fone: (85) 3401.2210
E-mail: gabinete.paracuru@ifce.edu.br		Página institucional: http://www.ifce.edu.br/paracuru

1.2. Informações Gerais do Curso

Denominação	Tecnologia em Gestão Ambiental
Titulação Conferida	Tecnólogo em Gestão Ambiental
Nível	Superior
Modalidade	Presencial
Duração	5 semestres
Periodicidade	Semestral
Formas de Ingresso	SISU, Transferência e/ou Diplomado

Número de vagas anuais	70
Turno de funcionamento	Manhã ou Tarde
Ano e semestre do início do funcionamento	2017.2
Carga horária dos componentes curriculares (disciplinas)	1640 horas
Carga horária do estágio (opcional)	200 horas
Carga horária das atividades complementares	100 horas
Carga horária do Trabalho de Conclusão de Curso	120 horas
Carga horária total	2060 horas
Sistema de carga horária	01 crédito = 20h
Duração da hora-aula	60 minutos

2. APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, na modalidade presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus Paracuru, e determina as linhas gerais e específicas que a instituição promoverá para a efetivação desse curso que teve seu histórico de criação baseado em consulta através de audiência pública local com a participação da comunidade e entidades representativas educacionais do município de Paracuru e adjacências, bem como macrolevantamento de dados técnicos, econômicos, sociais e culturais que orientarão a instituição a desenvolver essa formação profissional em plena consonância com a demanda da sociedade e do mercado de trabalho.

Faz-se presente, como eixo norteador desta proposta, a compreensão da educação como uma prática social. Essa prática se materializa na missão do IFCE de produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico para formação cidadã, visando contribuir para o progresso socioeconômico local e regional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e o setor produtivo.

Este projeto está fundamentado nas bases legais e nos princípios norteadores explicitados na LDB (Lei nº 9.394/96) e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a Educação Profissional e Tecnológica, os quais têm como pressupostos a formação integral do profissional-cidadão. Atende, ainda, o perfil do profissional estipulado pelo Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologias, no eixo ambiente e saúde (MEC, 2016).

A configuração do curso, de 1900 horas sem estágio ou de 2100 horas com estágio (estágio é opcional), decorre da tendência dos cursos de tecnologia serem mais enxutos, porém mais aplicados, capazes de responder de maneira adequada as necessidades dos setores que empregam gestores ambientais.

Os egressos poderão atender de maneira satisfatória as demandas nas áreas de recuperação de áreas degradadas, licenciamento ambiental, educação ambiental, gestão ambiental, monitoramento da qualidade ambiental, realização de perícias e emissões de laudos ambientais.

A metodologia, entendida como um conjunto de procedimentos empregados com vistas a atingir os objetivos relacionados ao ensino e à aprendizagem, busca assegurar uma formação integral do aluno, o preparo para o exercício da cidadania e o mundo do trabalho. Busca, ainda, a articulação da teoria com a prática, o desenvolvimento de competências e habilidades que contemplam a apropriação do saber tecnológico, a autonomia no processo decisório e a atitude empreendedora.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma Instituição de Educação, que tem como marco referencial de sua história institucional o contínuo desenvolvimento e expansão de sua atuação, acompanhado de crescentes indicadores de qualidade. A sua trajetória evolutiva corresponde ao processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da região Nordeste e do Brasil.

Nossa história institucional inicia-se no despertar do século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, como instrumento de política voltado para as "classes desprovidas ou desvalidos da sorte", e que hoje, se configura como importante estrutura para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Durante os anos 40, o incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso, em decorrência do ambiente gerado pela Segunda Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941. No ano seguinte, passa a ser chamada de Escola Industrial

de Fortaleza, ofertando formação profissional diferenciada das artes e ofícios, orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do País.

Assim, o crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar mão de obra técnica para operar estes novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura.

No ambiente desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de Autarquia Federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de Educação profissional, com elevada qualidade, passando a ofertar cursos técnicos de nível médio nas áreas de edificações, estradas, eletrotécnica, mecânica, química industrial, telecomunicações e turismo.

O contínuo avanço do processo de industrialização, com crescente complexidade tecnológica, orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais, já no final dos anos 70, para a criação de um novo modelo institucional, surgindo então os Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Somente, em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará é igualmente transformada junto com as demais Escolas Técnicas da Rede Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica, mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, a qual estabeleceu uma nova missão institucional com ampliação das possibilidades de atuação no

ensino, na pesquisa e na extensão tecnológica.

Em 1995, tendo por objetivo a interiorização do ensino técnico, inaugurou duas Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs) localizadas nas cidades de Cedro e Juazeiro do Norte, distantes, respectivamente, 385 km e 570 km da sede de Fortaleza. Em 1998 foi protocolado, junto ao MEC, seu Projeto Institucional, com vistas à transformação em CEFET-CE que foi implantado, por Decreto de 22 de março de 1999. Em 26 de maio do mesmo ano, o Ministro da Educação aprova o respectivo Regimento Interno, pela Portaria nº. 845. Também pelo Decreto nº. 3.462/2000 recebe a permissão de implantar cursos de licenciaturas em áreas de conhecimento em que a tecnologia tivesse uma participação decisiva.

O Ministério da Educação, reconhecendo a vocação institucional dos Centros Federais de Educação Tecnológica para o desenvolvimento do ensino de graduação e pós-graduação tecnológica, bem como extensão e pesquisa aplicada, reconheceu, mediante o Decreto nº 5.225, de 14 de setembro de 2004, em seu artigo 4º, inciso V, que, dentre outros objetivos, tem a finalidade de ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais especialistas na área tecnológica.

Em 29 de dezembro de 2008, criado pela Lei 11.892/2008, nasce o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. A nova Instituição congrega o extinto Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE) e Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu. A criação dos Institutos Federais corresponde a uma nova etapa da Educação do país e pretende preencher lacunas históricas na educação brasileira.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, até o doutorado.

Ao todo são 38 Institutos Federais presentes em todos estados da federação, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, totalizando 644 *campi* em funcionamento. No estado do Ceará são 34 unidades, concretizando o plano de expansão e interiorização da Rede Federal empreendido desde 2003 pelo Governo Federal.

O IFCE campus Paracuru está localizado na CE 341, Km 1, no Bairro Novo Paracuru, tendo uma distância de cerca de 80 km da capital cearense. Tem infraestrutura dotada de: salas de aula, laboratórios básicos e específicos para os cursos em oferta, sala de videoconferência, auditório, espaço de convivência e biblioteca, área para práticas desportivas, dentre outros.

O campus Paracuru realizou em 2016 seu 1º exame de seleção para cursos FIC e em 2017 iniciaram os primeiros cursos regulares que foram o Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas e Técnico em meio Ambiente para o semestre 2017.1, colocando-se como opção de ensino público e de qualidade para a população da região e circunvizinhança, proporcionando oportunidades educacionais que reflitam na melhoria das condições sociais e econômicas de sua população.

O IFCE campus Paracuru tem buscado em seu fazer uma adequação coerente das ofertas de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais. Atualmente oferta os cursos de extensão de Formação Inicial e Continuada (FIC) nas áreas de línguas, química e formação de professores e busca implementar um eixo forte na área de meio ambiente com o Curso Técnico em Meio Ambiente, um Superior em Licenciatura em Ciências Biológicas e mais recentemente o Tecnólogo em Gestão Ambiental, foco deste projeto.

A interiorização dos Institutos Federais tem proporcionado benefícios e oportunidades únicas para as populações alcançadas. O IFCE é participante dessa evolução, contribuindo assim, para o futuro do desenvolvimento do Ceará e da Região Nordeste.

4. JUSTIFICATIVA

O município de Paracuru fica situado no litoral Oeste do Ceará (Figura 1), região turística extremamente rica em recursos naturais composta por matas nativas, manguezais, praias e rios. Há, também, em seu entorno, unidades de conservação como a Área de Preservação Ambiental (APA) do Estuário do Rio Curu, a APA do Estuário do Rio Mundaú, a APA das Dunas de Paracuru e a APA e a Estação Ecológica do Pecém, cinco dentre as 24 unidades de conservação existentes no Estado do Ceará.

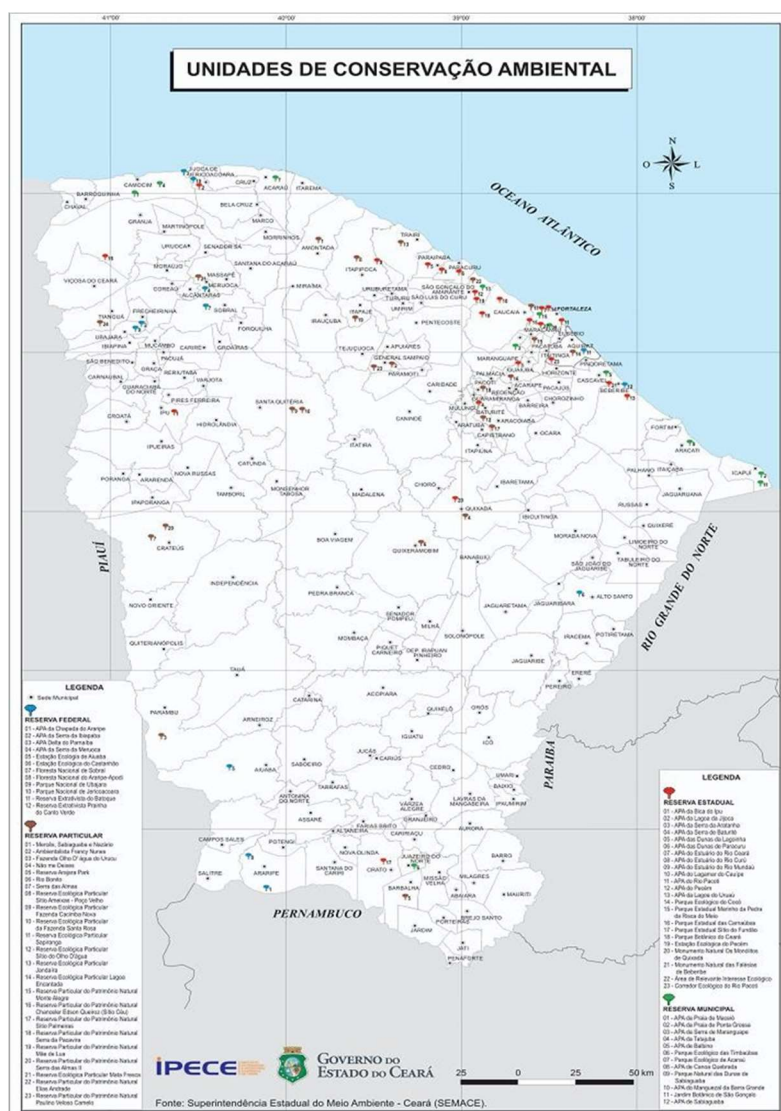


Figura 1: Mapa do Estado do Ceará (Paracuru: 80Km de Fortaleza – Litoral Oeste). Fonte: Instituto de Pesquisa do Ceará – IPECE

Por se tratar de região litorânea, o desenvolvimento econômico da região está atrelado a atividades de alto impacto ambiental, como por exemplo diversos e grandes parques de geração de energia eólica, pesca, aquicultura e a proximidade com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (55 km), terminal de importação e exportação de relevância para o país. Dentre o extenso leque de mercadorias movimentadas neste porto destacam-se o carvão mineral, minério de ferro, gás natural e produtos siderúrgicos.

O Porto do Pecém é capaz de atender demandas empresariais das mais diversas, em especial às da indústria de base voltadas para atividades de siderurgia, refino de petróleo e energia elétrica, sendo um importante propulsor de investimentos e de geração de emprego e renda, contudo, também representa um potencial agressor do meio ambiente, contribuindo, de forma negativa, para a escassez crescente dos recursos naturais e aumento da poluição ambiental.

Atualmente há, por parte das empresas, uma melhor compreensão sobre a necessidade de implementar medidas de controle, preservação, conservação e recuperação do meio ambiente como parte do modelo de gestão, sob pena de serem extintas ou perderem competitividade. Nesse contexto, é primordial que o desenvolvimento econômico seja atrelado à sustentabilidade e o respeito às normas ambientais, fato que, inevitavelmente, gera uma demanda substancial por profissionais capazes de mitigar os efeitos ambientais negativos provocados pelas empresas potencialmente geradoras de impacto.

Tais profissionais deverão estar aptos a implantar nas organizações programas ambientais relacionados à educação e segurança ambiental, gestão da produção, controle de processos, pesquisa ambiental, gerenciamento de resíduos, controle de poluentes ambientais, fiscalização de obras, entre outros, sempre objetivando o desenvolvimento sustentável.

A demanda por profissionais da área ambiental também emerge de órgãos públicos como a Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), entre outros, bem como empresas privadas que trabalham no setor de recursos hídricos, monitoramentos ambientais, estudos de impactos ambientais, análises laboratoriais, gerenciamento de bacias hidrográficas, consultorias ambientais, elaboração e execução de projetos e as instituições de ensino e pesquisa na área ambiental.

O curso de gestão ambiental capacitará seus alunos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e inovação científico-tecnológica, de conservação e equilíbrio dos ecossistemas e do meio ambiente, sem descuidar da necessária visão ética e humanista, atendendo, assim, as demandas mais emergentes da sociedade nos dias atuais. Busca, ainda, estimular a prática do empreendedorismo aliado à consciência e responsabilidade ambiental.

Desta forma, o curso de gestão ambiental além de atender a um dos importantes objetivos dos Institutos Federais - realização de pesquisas aplicadas que desenvolvam soluções tecnológicas em prol da comunidade (Artigo 7º, III, da Lei 11.892/2008) -, também articula-se com as políticas ambientais vigentes e os órgãos de proteção do meio ambiente, em especial com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, criada pela Lei n. 15.773, de 10 de março de 2015, responsável pela gestão ambiental do Estado.

Recentemente fora anunciado pelo Governo Estadual o fechamento de uma parceria entre a Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR) e a empresa Inversiones Teneria Empreendimentos do Brasil para construção do complexo turístico-hoteleiro com investimento inicial de R\$ 668,5 milhões.

O complexo turístico, denominado Dunas do Paracuru, contará com dois hotéis âncoras, um parque temático e resorts de várias tipologias (pousadas, apart-hotéis), com capacidade estimada para 5.100 quartos.

A efetivação da obra, além de estimular a economia e contribuir com a geração de emprego e renda, propiciará a colocação de profissionais ligados à área da gestão ambiental, vez que, dado a natureza do empreendimento, certamente trará impactos ao meio ambiente.

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para a construção do projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental foram observadas as normativas legais relacionadas aos cursos superiores de tecnologia, aos cursos de graduação em geral e ao âmbito geral da educação nacional, assim como os documentos institucionais de organização e regulamentação das atividades do IFCE.

5.1. Normativas Nacionais Específicas para os Cursos de Graduação Tecnológica

- **Parecer Nº 436/2001** CNE/CES, de 02 de abril de 2001 – Dá orientações sobre os cursos superiores de tecnologia para a formação de tecnólogos;
- **Parecer Nº 29/2002** CNE/CP, de 03 de dezembro de 2002 – Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- **Resolução Nº 03/2002** CNE/CP, de 18 de dezembro de 2002 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- **Parecer Nº 6/2006** CNE/CP, de 6 de abril de 2006 – Trata de decisão à solicitação de pronunciamento sobre Formação Acadêmica *versus* Exercício Profissional;
- **Parecer Nº 277/2006** CNE/CES, de 7 de dezembro de 2006 – Trata da nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação, considerando a divisão por eixos temáticos;

- **Parecer Nº 19/2008** CNE/CES, de 31 de janeiro de 2008 – Referente à consulta sobre o aproveitamento de competência de que trata o artigo 9º da Resolução CNE/CP Nº 3/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia;
- **Parecer Nº 239/2008** CNE/CES, de 6 de novembro de 2008 – Trata da carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia;
- **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC**, de 2016. Manual que organiza e orienta a oferta de cursos superiores de tecnologia, inspirado nas diretrizes curriculares nacionais e em sintonia com a dinâmica do setor produtivo e as expectativas da sociedade.

5.2. Normativas Nacionais para os Cursos de Graduação

- **Parecer Nº 583** CNE/CES, de 4 de abril de 2001 – Dá orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação;
- **Lei Nº 10.861**, de 14 de abril de 2004 – Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências;
- **Decreto Nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- **Decreto Nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação do sistema federal de ensino;
- **Resolução Nº 3** CNE/CES, de 2 de julho de 2007 – Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;

- **Portaria Normativa Nº 23**, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos;
- **Portaria Normativa Nº 840**, de 24 de agosto de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

5.3. Normativas Nacionais Gerais

- **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- **Resolução Nº 1 CNE/CP**, de 17 de junho de 2004 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- **Lei Nº 11.741**, de 16 de julho de 2008 – Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;
- **Lei Nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;

- **Lei Nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008 – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria o Instituto Federal do Ceará e dá outras providências;
- **Decreto Nº 7.234**, de 19 de julho de 2010 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES;
- **Resolução Nº 1** CNE/CP, de 30 de maio de 2012 – Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- **Resolução Nº 2** CNE/CP, de 15 de junho de 2012 – Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- **Lei Nº 13.146**, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

5.4. Normativas Institucionais

- Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 046** CONSUP, de 28 de maio de 2018;
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFCE – Aprovado pela **Resolução Nº 004** CONSUP, de 31 de janeiro de 2014;
- **Nota Técnica Nº 2 PROEN**, de 18 de maio de 2015. Atribuições dos Coordenadores de Cursos do IFCE;
- Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 035** CONSUP, de 22 de junho de 2015;
- Regulamento para criação, suspensão de oferta de novas turmas, reabertura e extinção de cursos do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 100** CONSUP, de

27 de setembro de 2017;

- Manual de Estagiário do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 028** CONSUP, de 08 de agosto de 2014;
- Tabela de Perfil Profissional Docente do IFCE. Atualizado pela **Portaria Nº 726/GR**, de 30 de setembro de 2016;
- Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 039** CONSUP, de 22 de agosto de 2016;
- Manual de Elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 99** CONSUP, de 27 de setembro de 2017;
- Regulamento de Organização do Núcleo Docente Estruturante no IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 004** CONSUP, de 28 de janeiro de 2015;
- Regulamento dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 50** CONSUP, de 14 de Dezembro de 2015;
- Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 034** CONSUP, de 27 de março de 2017;.
- Normas de funcionamento do Colegiado dos Cursos Técnicos de Graduação do IFCE. Aprovado pela **Resolução Nº 075** CONSUP, de 13 de Agosto de 2018;
- Regulamento de organização e implantação de disciplinas extracurriculares. Aprovado pela **Resolução Nº 120** CONSUP, de 27 de novembro de 2017;
- **Nota Técnica Nº 4 PROEN**, de 30 de novembro de 2018. Procedimento para elaboração do Plano de Ação de Coordenador de Curso de Graduação do IFCE.

6. OBJETIVOS DO CURSO

6.1. Objetivo Geral

Formar gestores ambientais para assessorar, planejar, executar e gerir programas de gestão tecnológica sustentável em consonância com a legislação ambiental vigente, promovendo a conservação das áreas naturais e do ambiente construído quanto à utilização dos recursos e o desenvolvimento humano sustentável.

6.2. Objetivos Específicos

O curso de Tecnologia em Gestão Ambiental tem como objetivos específicos:

- Possibilitar ao aluno a aquisição de competências profissionais e pessoais que lhe permitam participar de forma responsável, crítica, ativa e criativa da vida em sociedade e no trabalho;
- Ofertar um currículo que associe teoria e prática no processo de formação dos estudantes e que os habilite à realização competente e ética de projetos de pesquisa voltados para a produção do conhecimento na área de Meio Ambiente;
- Fomentar aos futuros profissionais a necessidade de atualização constante conseguida através da educação continuada;
- Proporcionar integração entre o meio acadêmico e a sociedade para atender as demandas sociais de tecnologia, buscando o desenvolvimento científico e tecnológico em busca do desenvolvimento sustentável;
- Desenvolver postura empreendedora baseada em conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso, proporcionando ao tecnólogo condições de gerir sua profissão e desenvolver sua capacidade crítica, reflexiva e criativa na resolução de problemas e na tomada de decisão;

- Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho, com compreensão e avaliação dos impactos ambientais;
- Discutir, analisar e vivenciar princípios de interdisciplinaridade, bem como facilitar a participação do futuro profissional na colaboração de projetos multidisciplinares numa perspectiva sustentável das cidades;
- Garantir a identidade profissional na área de meio ambiente de acordo com o perfil esperado pela sociedade.

7. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

7.1. Formas de Ingresso

O ingresso no curso é feito de forma regular e com periodicidade semestral, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), que foi desenvolvido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única fase do seu processo seletivo.

Também pode haver ingresso por meio de transferência interna e externa, admissão de graduados e/ou reingresso. As considerações sobre o preenchimento de vagas por transferência, reingresso e graduados encontram-se na forma regimental do Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.

Poderá ocorrer, a critério da direção, prova para preencher as vagas remanescentes, se ainda houver.

7.2. Áreas de Atuação

Em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2016), o Tecnólogo em Gestão Ambiental é o profissional que participa do planejamento, especificação, projeto, desenvolvimento, implantação, gerenciamento e responsabilidade técnica de empresas públicas e/ou privadas e organizações sociais nas ações diretamente voltadas para: Sistemas de gestão ambiental; Planos de recuperação de áreas degradadas; Estudos ambientais; Rotulagem e certificação ambiental; Auditoria ambiental; Controle e /ou tratamento das poluições aquática, terrestre e atmosférica; Educação ambiental.

7.3. Perfil Esperado do Futuro Profissional

O profissional concluinte do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental deve apresentar um conjunto de competências que o habilite a desempenhar atividades nos mais diferentes locais de trabalho, visando sempre a qualidade do meio ambiente. É esperada desse profissional a capacidade de:

- Planejar, gerenciar e executar atividades de diagnóstico, bem como propor medidas mitigadoras e de recuperação de áreas degradadas;
- Coordenar equipes multidisciplinares de licenciamento ambiental;
- Elaborar, implantar, acompanhar e avaliar políticas e programas de educação ambiental, gestão ambiental e monitoramento da qualidade ambiental;
- Vistoriar, realizar periciar, avaliar, emitir laudo e parecer técnico em sua área de formação;
- Utilizar métodos de análises para identificação dos processos de degradação natural;
- Conhecer as atividades de exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis
- Identificar os parâmetros de qualidade ambiental do solo, da água e do ar;
- Analisar os aspectos sociais, econômicos, culturais e éticos envolvidos nas questões ambientais;
- Avaliar os impactos ambientais causados pela exploração dos recursos naturais pelas atividades industriais, suas consequências na saúde, no ambiente e na economia;
- Identificar os fatores ambientais que intervêm na qualidade de vida;
- Utilizar a legislação ambiental;
- Atuar em equipes multidisciplinares de avaliação, estudos e relatórios de impactos ambientais;
- Aplicar os conhecimentos da Informática na gestão ambiental;
- Usar os conhecimentos tecnológicos para solucionar problemas relacionados com a poluição ambiental de atividades produtivas;
- Utilizar os procedimentos necessários ao monitoramento das instalações

destinadas ao tratamento e controle de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, provenientes de atividades urbanas e industriais;

- Desenvolver campanhas educativas para a conservação e preservação do meio ambiente e qualidade de vida do homem;
- Demonstrar capacidade de trabalhar em equipe e cumprir normas de segurança do trabalho;
- Utilizar adequadamente a linguagem oral e escrita com instrumento de comunicação e interação social necessária ao desempenho da profissão;
- Resolver situações-problema que exigem raciocínio abstrato, percepção espacial, memória visual, atenção concentrada, operações numéricas, criatividade e manuseio de materiais e equipamentos;
- Contribuir efetivamente para o fortalecimento dos programas ambientais local, regional, nacional e global.

7.4. Metodologia do Curso e Proposta Pedagógica

7.4.1. Aspectos Metodológicos

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem a partir da dialética da intenção da tarefa partilhada, em que todos são sujeitos do conhecer e aprender, visando à construção do conhecimento pautada na reflexão, no debate e na crítica, numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada.

Para isso é necessário entender que o currículo vai além das atividades convencionais da sala de aula, pois é tudo que afeta direta ou indiretamente o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, deve considerar atividades complementares, tais como iniciação científica e tecnológica, programas acadêmicos consistentes, programa de extensão, visitas técnicas, eventos científicos, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras desenvolvidas pelos alunos durante o curso.

Nesta abordagem, o papel dos educadores é fundamental para consolidar um processo participativo em que o aluno possa desempenhar papel ativo de construtor do seu próprio conhecimento, com a mediação do professor. O que pode ocorrer através do desenvolvimento de atividades integradoras como: debates, reflexões, seminários, momentos de convivência, palestras e trabalhos coletivos.

Em um curso dessa especificidade, assim como as demais atividades de formação acadêmica, o uso de tecnologias de informação e comunicação bem como as aulas práticas e de laboratório são essenciais para que o aluno possa experimentar metodologia pedagógica diferenciada, adequada ao ensino de tecnologia.

O contato do aluno com a prática deve ser planejado, considerando os diferentes níveis de profundidade e complexidade dos conteúdos envolvidos, tipo de atividade, objetivos, competências e habilidades específicas. Inicialmente, o aluno deve ter contato com os procedimentos a serem utilizados na aula prática, realizada por toda a turma e acompanhada pelo professor. No decorrer do curso, o contato do aluno com a teoria e a prática deve ser aprofundado por meio de atividades que envolvem a criação, o projeto, a construção e análise, e os modelos a serem utilizados. O aluno também deverá ter contato com a análise experimental de modelos, através de iniciação científica.

Para formar profissionais com autonomia intelectual e moral, tornando-os aptos para participar e criar, exercendo sua cidadania e contribuindo para a sustentabilidade ambiental, cabe ao professor organizar situações didáticas para que o aluno busque, através de estudo individual e em equipe, soluções para os problemas que retratem a realidade profissional do tecnólogo. A articulação entre teoria e prática assim como das atividades de ensino, pesquisa e extensão deve ser uma preocupação constante do professor.

Dessa forma, a metodologia deverá propiciar condições para que o educando possa vivenciar e desenvolver suas competências cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver) e pessoal (aprender a ser).

7.4.2. Práticas Pedagógicas

De uma forma geral, serão praticadas atividades curriculares como preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários e visitas técnicas. O professor, a seu critério ou a critério da Coordenação, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse, que podem ser computados nas notas ou conceitos das verificações parciais, nos limites definidos pela Instituição.

As disciplinas de formação tecnológica serão trabalhadas com práticas em campo e no laboratório, em busca de levar o estudante à aplicação da teoria em atividades práticas e de desenvolvimento de projetos. Assim, há previsão de carga-horária prática nessas disciplinas com uso intensivo de laboratórios de biologia, química, microbiologia e meio ambiente.

Junto às disciplinas tecnológicas, nas disciplinas de “Empreendedorismo Ambiental” e “Elaboração e Avaliação de Projetos”, os alunos serão levados a ter uma visão empreendedora ao serem estimulados com o objetivo de desenvolver ideias, entender as particularidades e desafios de montar um negócio e/ou uma organização social.

Considerando a formação humana do estudante, as disciplinas de “Educação Ambiental” e “Estudo Ambientais” são ofertadas para que os alunos desenvolvam atividades que contribuem para melhoria da qualidade de vida da sociedade local, principalmente em comunidades carentes, para o desenvolvimento sustentável, a valorização dos direitos humanos, a conscientização ambiental, a educação nas relações étnico-raciais e sua participação como cidadão comprometido com o bem-estar social.

7.4.3 Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação

O uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) como prática metodológica para o ensino é uma necessidade para os cursos da área de meio ambiente. A interatividade proporcionada pelas TICs, marcante na nova geração de estudantes, impulsiona o aluno a adotar uma postura mais ativa e participativa nos espaços educativos, além de familiarizá-lo com as ferramentas que ele utilizará no mercado de trabalho.

As ferramentas digitais proporcionam agilidade e abrangência na comunicação do conhecimento, interação e reduz os impactos ambientais decorrentes do uso de papel. Tendo em vista a constante atualização dessas ferramentas, devido o avanço científico e tecnológico, haverá um constante estudo e atualização do curso quanto ao uso das mais recentes e atualizadas TICs como procedimento metodológico. Dentre os recursos que podem ser utilizados, podem ser citados:

- Ambientes virtuais de sala de aula para troca de informações e materiais de aula entre docentes e discentes;
- Biblioteca Virtual Universitária, BVU, com acesso gratuito a diversos livros digitais utilizados no curso e complementares à aprendizagem dos discentes;
- Portal de Periódicos CAPES, com acesso gratuito às publicações científicas nacionais e internacionais;
- Recursos audiovisuais (*datashow*, vídeo-aulas, etc.) que proporcionam alternativas metodológicas de fixação de conceitos teóricos;
- Uso de laboratórios de informática e redes de computadores para as aulas práticas e teóricas, com softwares de análise para topografia e geoprocessamento de imagens para diagnósticos ambientais.

7.4.4. Políticas Institucionais de Acessibilidade e Diversidade

Quanto à perspectiva inclusiva do processo educativo, a metodologia de ensino, em suas técnicas e procedimentos, prevê a promoção da acessibilidade não apenas no sentido material, dos recursos ou ferramentas de suporte à aprendizagem, mas também no entendimento e contextualização dos conteúdos escolares à vivência real do discente. Isso se refere às acessibilidades pedagógica e atitudinal, que conduzem as ações didáticas em diferentes formatos para atender as especificidades de aprendizagem e de socialização dos discentes.

Para isso o IFCE *Campus* Paracuru projeta dentro do seu plano de metas, a implantação do seu Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que tem como finalidade a promoção do acesso, permanência e êxito educacional do discente com necessidades específicas. O NAPNE planejará, gerirá e avaliará as atividades que se relacionam à inclusão e acessibilidade no Campus Paracuru. Vinculado à Pró-reitoria de Extensão, o NAPNE envolverá tanto discentes quanto docentes e técnicos, no planejamento e desenvolvimento de ações que discutam, reflitam e repensem as práticas que relacionam diversidade, acessibilidade e educação.

Além da acessibilidade e com a finalidade de efetivar as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileira e Indígena, respectivamente, bem como estabelecer uma aproximação direta com as comunidades, envoltas a temática a fim de desenvolver ações de extensão numa perspectiva de diálogo e aprendizado mútuo com as comunidades.

O IFCE Campus Paracuru, seguindo seu plano de metas institucional, bem como as orientações dadas nos encontros ocorridos para estudos afro-brasileiros e indígenas no IFCE, projeta a criação do seu Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) que incentivará, de forma relevante, as pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros,

ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases temáticas para a educação brasileira.

7.4.5.Flexibilidade Curricular

A Educação Profissional não deve ser vista e nem considerada mero ensinamento para a execução de tarefas fechadas em si próprias, mas sim como componente da formação global do aluno, articulada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e às tecnologias.

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFCE *Campus* Paracuru foi elaborada sob a concepção de que a formação profissional pode contemplar o desenvolvimento de competências que contribuam para o desenvolvimento integral do educando, habilitando-o à busca de informações e conhecimentos, à capacidade de instruir, à construção do pensamento sistêmico e crítico, à disposição para pensar múltiplas alternativas para a solução de problemas, evitando a compreensão parcial dos fenômenos.

No Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, a matrícula é feita por disciplina, o que possibilita a aceleração caso as disciplinas não possuam pré-requisitos. Os alunos também poderão cursar disciplinas optativas vinculadas ao três núcleos de formação, dando maior flexibilidade à escolha de componentes curriculares de acordo com sua área de interesse. Também estão previstas atividades complementares a serem realizados durante o curso.

Além disso, alunos oriundos de outras instituições de nível superior poderão ter seus estudos aproveitados, permitindo antecipação na conclusão de seu curso. O aproveitamento de disciplinas é regulado pelo ROD do IFCE.

7.4.6. Política de Integração do Ensino e Pesquisa Aplicada

A política de integração do ensino, pesquisa e desenvolvimento do IFCE objetiva instruir os alunos quanto a sua importância, visando ao seu comprometimento social, dada a existência de constante preocupação da instituição quanto ao incentivo à pesquisa tecnológica e sua aplicabilidade prática.

Serão submetidas propostas de iniciação científica, conforme disponibilização de editais, visando à aproximação dos alunos com a pesquisa científica aplicada e desenvolvimento de soluções inovadoras e de transformação social. Outra prática difundida é a prática de pesquisa nos componentes curriculares e, na disciplina de “Metodologia Científica”, onde o aluno será preparado de forma adequada para utilizar o método de pesquisa científica nos seus projetos, pesquisas e trabalho de conclusão de curso.

A Instituição, portanto, visa à integração entre ensino, pesquisa e extensão como garantia de que seu projeto institucional e pedagógico seja relevante tanto para o desenvolvimento acadêmico e científico quanto para a promoção social, política e cultural da comunidade regional.

7.4.7. Ações de Empreendedorismo e Articulação com Empresas

Existem disciplinas na matriz curricular do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental para preparação do espírito empreendedor dos alunos. Nelas, o aluno desenvolverá palestras, seminários e um plano de negócios para criação de uma empresa e/ou organização social, visando motivar seu espírito empreendedor.

Junto a isso, o IFCE *Campus* Paracuru projeta dentro do seu plano de metas, com o intuito de maximizar ações voltadas ao empreendedorismo, oportunizará as seguintes ações:

- O desenvolvimento de parcerias da Incubadora de Empresas com o Governo

Público Federal, Estadual e Municipal;

- Buscar parceria com coworkings como espaço de experiência de cultura colaborativa de trabalho e inovação junto ao Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);

- E, em especial, a criação de uma Empresa Junior Ambiental, sob a orientação de um docente especializado da área, que servirá como uma das possibilidades de início de uma promissora carreira profissional para os alunos.

8. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

8.1. Organização Curricular

8.1.1. Princípios

A organização curricular visa atender aos objetivos propostos e às competências e habilitações previstas nas diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 que trata da carga horária permitida por área / modalidade profissional; no Parecer CNE/CE nº 29, de 03/12/2002, do Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a educação profissional de nível tecnológico e na Resolução CNE/CP 3, de 18 de dezembro de 2002, do Conselho Nacional de Educação, que institui as diretrizes curriculares nacionais gerais para a organização e funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. O curso é ofertado semestralmente, onde são disponibilizadas trinta e cinco (35) vagas.

A matriz curricular do curso superior de tecnologia em gestão ambiental envolve conteúdos de formação básica e conteúdos de formação específica, que correspondem a aprofundamentos dos conteúdos destinados a caracterizar a ênfase do curso. Esses conteúdos constituem-se em conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais necessários para o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas na diretriz curricular do curso.

O estágio supervisionado é de caráter optativo, com um total de 200 horas de atividades práticas. Pode ser realizado a partir do 4º semestre ou quando o aluno tiver concluído 1200 horas de curso, de modo a promover a integração teórico-prática, situações de aprendizagem em que o estudante possa interagir com a realidade do mundo do trabalho, atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para o mundo real do trabalho.

O trabalho de conclusão de curso é obrigatório e pode ser apresentado na forma de monografia, artigo (desde que submetido no semestre em que a disciplina TCC é ofertada), protótipo ou patente.

8.1.2. Estrutura curricular

O currículo das tecnologias é regido pela regulamentação do nível superior, pelo Parecer CNE/CES Nº 436/2001, do Conselho Nacional de Educação e o Centro de Ensino Superior, e pelo Parecer CNE/CP Nº 29/2002, resolução do Conselho Nacional de Educação e o Conselho Pleno, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Tecnologia.

A estrutura curricular é formada por 03 (três) núcleos distintos, que contemplam todas as disciplinas para a formação do Tecnólogo em Gestão Ambiental, a saber:

Núcleo I – Interdisciplinar: Compreende o núcleo de disciplinas gerais que envolvem abordagens conceituais e técnicas fundamentais com vistas à base complementar para as disciplinas obrigatórias específicas da matriz curricular.

Núcleo II – Diagnóstico Ambiental: Compreende o núcleo de disciplinas específicas que envolvem a formação profissional considerando a natureza diagnóstica ambiental utilizando aspectos abióticos, bióticos e antrópicos no meio ambiente para posterior identificação dos impactos ambientais adversos e benéficos nas áreas de influência de empreendimentos e atividades econômicas que tenham potencial poluidor degradador reconhecido em legislação ambiental vigente no Brasil

e no Mundo.

Núcleo III – Gestão Ambiental: Compreende o núcleo de disciplinas específicas que envolvem a formação profissional considerando a natureza certificadora e gerencial ambiental utilizando aspectos voltados aos sistemas de gestão ambiental como: Planejamento, execução, verificação, auditoria e análise crítica de todos os aspectos e impactos ambientais de empreendimentos e atividades econômicas que tenham potencial poluidor degradador reconhecido em legislação ambiental vigente no Brasil e no Mundo.

As tabelas 1, 2, 3 e 4 apresentam cada um desses núcleos e suas respectivas disciplinas obrigatórias e optativas.

Tabela 1 – Lista de disciplinas do Núcleo I

Núcleo I - Interdisciplinar			
	Disciplinas	Carga Horária	Créditos
1	Microbiologia Básica	80h	04
2	Química Geral	80h	04
3	Ecologia Geral	80h	04
4	Matemática Aplicada	80h	04
5	Educação Ambiental	40h	02
6	Química Orgânica	40h	02
7	Metodologia Científica	40h	02
8	Estatística Aplicada	40h	02
9	Higiene e Segurança do Trabalho	40h	02
10	Projeto de TCC	40h	02
11	Libras	40h	02
12	Trabalho de Conclusão de Curso	80h	04
	Total Disciplinas Obrigatórias	640h	34

Tabela 2 – Lista de disciplinas do Núcleo II

Núcleo II – Diagnóstico Ambiental			
	Disciplinas	Carga Horária	Créditos
1	Microbiologia Sanitária e Ambiental	80h	04
2	Estudos Ambientais	80h	04
3	Química Analítica Ambiental	80h	04

4	Topografia e Sensoriamento Remoto	80h	04
5	Certificação e Auditoria Ambiental	40h	02
	Total Disciplinas Obrigatórias	360h	18

Tabela 3 – Lista de disciplinas do Núcleo III

Núcleo III – Gestão Ambiental			
	Disciplinas	Carga Horária	Créditos
1	Introdução a Gestão Ambiental	40h	02
2	Tratamento e Abastecimento de Água	40h	02
3	Legislação Ambiental	40h	02
4	Gestão de Resíduos Sólidos I	80h	04
5	Empreendedorismo Ambiental	40h	02
6	Gestão de Águas Residuárias I	80h	04
7	Gestão e Poluição Atmosférica	40h	02
8	Planejamento e Elaboração de Projetos	40h	02
9	Gestão de Águas Residuárias II	40h	02
10	Gestão de Resíduos Sólidos II	80h	04
11	Recuperação de Áreas Degradadas	40h	02
12	Geologia e Manejo Ecológico do Solo	80h	04
13	Gestão de Bacias	40h	02
14	Gestão e Manejo de Áreas Protegidas	40h	02
15	Manejo Sustentável Semiárido	40h	02
16	Planejamento e Ordenamento do Território Urbano	40h	02
	Total Disciplinas Obrigatórias	800h	40

Tabela 4 – Lista de disciplinas optativas

Disciplinas Optativas			
	Disciplinas	Carga Horária	Créditos
1	Qualidade de Vida e Trabalho*	40h	02
2	Saúde Ambiental**	40h	02
3	Indicadores de Sustentabilidade***	40h	02
4	Educação Ambiental Marinha e Costeira**	40h	02
5	Cultivo e Processamento Sustentável de Macroalgas Marinhas***	40h	02
6	Sustentabilidade na Cadeia Produtiva do Pescado com ênfase no Aproveitamento de Resíduos***	40h	02
7	Desenvolvimento e Tecnologia Sustentável**	60h	03
	Total Disciplinas Optativas	300h	15

* Disciplina vinculada ao Núcleo I

* Disciplina vinculada ao Núcleo II

* Disciplina vinculada ao Núcleo III

8.1.3. Estágio curricular

O Estágio Supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental corresponde a 200 horas, é opcional e objetiva:

- Promover a integração teórico-prática das competências e habilidades desenvolvidas no decorrer do Curso;
- Proporcionar situações em que o estudante possa interagir com a realidade do mundo do trabalho, reconstruindo o conhecimento através da reflexão e da prática;
- Complementar a formação profissional;
- Propiciar o entendimento das complexas relações do mundo do trabalho;
- Atenuar o impacto da passagem da vida acadêmica para o mundo do trabalho,
- Preparar profissionais aptos a assumir com ética e responsabilidade, suas funções através de vivências e conhecimento do funcionamento das organizações;
- Desenvolver e estimular as potencialidades individuais;
- Incentivar o surgimento de empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão e processos inovadores, flexíveis e versáteis, adaptáveis às constantes mudanças tecnológicas e ambientais;

O estágio poderá ser realizado em organizações públicas ou privadas, desde que ofereçam oportunidades e condições para as práticas exigidas no estágio e que sejam supervisionadas por profissionais com competência na área ambiental.

Para o acompanhamento e orientação do estágio, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental conta com a colaboração de um coordenador de estágio que dedicará uma carga horária semanal (conforme dispõe a RESOLUÇÃO Nº 39, de 22 de Agosto de 2016 que aprova a regulamentação das atividades docentes

(RAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE).

8.1.4. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Entende-se por Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, o trabalho científico relacionado à área de conhecimento do curso, composto por um projeto no qual o aluno demonstrará a sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar variáveis e correlacioná-las e, no final de um período pré-estabelecido, elaborar e apresentar o texto de conclusão da pesquisa de acordo com as normas estabelecidas pelo IFCE para elaboração de trabalhos científicos. A guarda e a divulgação dos TCCs ficará sobre a responsabilidade da biblioteca central do Campus Paracuru.

O TCC pode ser apresentado na forma de: i) monografia ou ii) artigo científico, protótipo ou patente (estes dois últimos também em formato de artigo científico). As especificações de estrutura devem seguir o Manual de trabalhos acadêmicos do IFCE.

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é obrigatório e se dá em dois momentos, no primeiro o aluno amadurece seu projeto na disciplina de Projeto de “TCC” e no segundo momento ele executa e o finaliza na disciplina de “TCC”. Todos os professores lotados no Campus de Paracuru podem ser orientadores do TCC, desde que possuam, no mínimo, a pós-graduação.

Professores externos à Instituição (IFCE) podem orientar alunos desde que haja um co-orientador do IFCE ligado ao Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental e que haja a aprovação e homologação do mesmo pelo Colegiado do Curso ou pela Direção de Ensino.

8.1.5. Atividades complementares

Desenvolver-se-ão atividades que visam à complementação do processo de ensino-aprendizagem na composição do plano de estudos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Considerando o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, na Resolução CNE/CES nº 776 de 03 de dezembro de 1997 (Orientação para as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação), bem como a Resolução do CNE Nº 2, de 1º de Julho de 2015 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de docente da Educação Básica, em nível superior, e considerando que não há normatização equivalente para cursos de tecnologia, e pensando na melhor formação e integração do aluno com as vivências e práticas durante sua formação o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental aplica a mesma normatização no que diz respeito a carga horária de Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento (ATPA) onde deve-se destinar 100 horas para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural.

Estas 100 horas devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo de sua formação, como forma de incentivar uma maior inserção em outros espaços acadêmicos.

Os estudantes poderão, por iniciativa própria, participar de eventos tais como: palestras, seminários, minicursos, encontros de iniciação científica, projetos para confecção de projetos, congressos, encontros, entre outros, ofertados ou não pelo IFCE.

É obrigatória a comprovação por meio de certificado, declaração ou outro documento que contenha sua respectiva carga horária, para que seja validada a participação do discente em tais atividades. Só terão validade às atividades na área do curso ou diretamente afim e que tenham sido realizadas a partir da entrada do discente no curso.

Após o reconhecimento do mérito pela coordenação do curso, o discente terá a carga horária contabilizada e a coordenação do curso encaminhará à Coordenação de Controle Acadêmico do IFCE, Campus Paracuru para as devidas providências.

Os alunos deverão distribuir a carga horária (100 horas) dessas Atividades teórico-práticas de aprofundamento ao longo do curso, optando por cursar e ou participar das atividades relacionadas na Tabela 4.

As atividades curriculares complementares poderão ser ofertadas como disciplinas ou atividades didático-científicas, previstas em termos de horas/aula ou horas/atividade, no currículo do Curso, possibilitando a flexibilidade e a contextualização inerente ao mesmo, assegurando a possibilidade de introdução de novos elementos teórico-práticos gerados pelo avanço da área de conhecimento em estudo, permitindo assim, sua atualização.

Tabela 4 - Quadro de Atividades Teórico-práticas de aprofundamento e respectivas cargas horárias para os alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental.

Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento		Carga Horária Máxima Semestral por Atividade (h)	Carga Horária Máxima em todo o Curso (h)
1	Conferências ou Palestras isoladas (conta-se 1h por conferência ou palestra)	10	50
2	Cursos ou minicursos de extensão (presencial ou à distância) na área do Curso ou diretamente afim que foram assistidos como ouvinte (conta-se pela carga horária do próprio curso ou minicurso)	40	80
3	Cursos, minicursos ou palestra ministrados pelo aluno em eventos (conta-se pela carga horária do próprio curso ou minicurso ou palestra)	40	80

4	Bolsista de Iniciação Científica na área do Curso ou diretamente afim (conta-se 20 h por semestre)	40	80
5	Monitoria na área do Curso ou diretamente afim (conta-se 20 h por semestre)	40	80
6	Atividade similar a iniciação a pesquisa ou a docência com bolsa remunerada ou voluntária na área do curso ou diretamente afim (conta-se 20 h por semestre)	40	80
7	Estágio Extracurricular ou Voluntário na área do Curso ou diretamente afim (conta-se pela carga horária do próprio estágio)	40	80
8	Publicações de trabalhos em Revistas Técnicas/Científicas, Revistas Eletrônicas especializadas em Educação, Biologia ou em áreas afins (conta-se 20 h por publicação).	20	40
9	Participação em projetos de extensão na área do Curso ou áreas afins (conta-se pela carga horária do certificado)	20	40
10	Congressos, Encontros, Simpósios e demais eventos de tal natureza na área do Curso ou diretamente afim (conta-se 10 h por evento).	20	60
11	Apresentação de trabalhos em eventos na área do Curso ou diretamente afim (conta-se 10 h por trabalho).	20	60
12	Membro de diretoria discente, colegiado, conselho acadêmico ou comissão ligada a atividades do curso (conta-se 5 h por comissão).	05	20
13	Ouvintes em defesa de trabalhos acadêmicos (tese, dissertação e monografia, conta-se 2h por defesa) (aceito apenas mediante declaração em modelo padrão próprio em anexo)	10	20
14	Organização de eventos científico-tecnológicos na área do curso (conta-se 10 h por evento).	10	40

15	Disciplina optativa dentro ou fora da instituição ou curso de aperfeiçoamento/longa duração (acima de 160 horas) (conta-se 20 h por disciplina ou curso)	40	80
16	Intercâmbio na área do curso ou diretamente afim	20	40

8.2. Matriz Curricular e Percurso de Formação

A matriz curricular do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFCE *Campus* Paracuru foi elaborada visando a atender às recomendações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC, das diretrizes curriculares dos cursos de formação de tecnólogos, assim como propiciar ao aluno um conhecimento teórico-prático adequado para o desenvolvimento de pesquisas, o empreendedorismo e o mercado de trabalho na área de Meio Ambiente e para atuar de maneira diferenciada nas suas diversas áreas.

A matriz curricular e o percurso de formação com suas respectivas interações entre as disciplinas obrigatórias e os núcleos estruturais curriculares do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental podem ser visualizados nas Tabelas 5 e 6.

Tabela 5 – Matriz Curricular do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFCE Campus Paracuru.

SEMESTRE I							
Código	Componente curricular	CH	Créd.	Teoria	Prática	PCC	Pré-requisito
29.300.1	Microbiologia Básica	80h	4	3	1	-	---
29.300.2	Química Geral	80h	4	3	1	-	---
29.300.3	Ecologia Geral	80h	4	3	1	-	---
29.300.4	Matemática Aplicada	80h	4	4	0	-	---
29.300.5	Educação Ambiental	40h	2	2	0	-	---
29.300.6	Introdução a Gestão Ambiental	40h	2	2	0	-	---
TOTAL SEMESTRE I		400h	20	17	3		
SEMESTRE II							
Código	Componente curricular	CH	Créd.	Teoria	Prática	PCC	Pré-requisito
29.300.7	Microbiologia Sanitária e Ambiental	40h	2	1,5	0,5	-	29.300.1
29.300.8	Estudos Ambientais	80h	4	3	1	-	29.300.6
29.300.9	Química Analítica Ambiental	80h	4	3	1	-	29.300.2
29.300.10	Química Orgânica	40h	2	2	0	-	29.300.2
29.300.11	Metodologia Científica	40h	2	2	0	-	---
29.300.12	Estatística Aplicada	40h	2	2	0	-	29.300.4
29.300.13	Tratamento e Abastecimento de Água	40h	2	2	0	-	29.300.2

TOTAL SEMESTRE II		360	18	15,5	2,5		
SEMESTRE III							
Código	Componente curricular	CH	Créd.	Teoria	Prática	PCC	Pré-requisito
29.300.14	Topografia Sensoriamento Remoto	80h	4	4	0	-	29.300.4
29.300.15	Legislação Ambiental	40h	2	2	0	-	29.300.8
29.300.16	Gestão de Resíduos Sólidos I	80h	4	4	0	-	29.300.6
29.300.17	Empreendedorismo Ambiental	40h	2	2	0	-	---
29.300.18	Gestão de Águas Residuárias I	80h	4	4	0	-	29.300.7
29.300.19	Gestão e Poluição Atmosférica	40h	2	2	0	-	29.300.6
29.300.20	Higiene e Segurança no Trabalho	40h	2	2	0	-	---
TOTAL SEMESTRE III		400	20	20	0		
SEMESTRE IV							
Código	Componente curricular	CH	Créd.	Teoria	Prática	PCC	Pré-requisito
29.300.21	Planejamento e Elaboração de Projetos	40h	2	1	1	-	29.300.11
29.300.22	Gestão de Águas Residuárias II	40h	2	2	0	-	29.300.18
29.300.23	Gestão de Resíduos Sólidos II	80h	4	3	1	-	29.300.16
29.300.24	Recuperação de Áreas Degradadas	40h	2	2	0	-	29.300.3
29.300.25	Geologia e Manejo Ecológico do Solo	40h	2	1	1	-	29.300.3
29.300.26	Gestão de Bacias	40h	2	2	0	-	29.300.13
29.300.27	Projeto de TCC	40h	2	2	0	-	29.300.11 e 29.300.15
TOTAL SEMESTRE IV		320	16	13	3		
SEMESTRE V							
Código	Componente curricular	CH	Créd.	Teoria	Prática	PCC	Pré-requisito
29.300.28	Gestão e Manejo de Áreas Protegidas	40h	2	2	0	-	29.300.25
29.300.29	Certificação e Auditoria ambiental	40h	2	2	0	-	29.300.15
29.300.30	Manejo Sustentável Semiárido	40h	2	1	1	-	29.300.25
29.300.31	Planejamento e Ordenamento do Território Urbano	40h	2	2	0	-	---
29.300.32	Libras	40h	2	2	0	-	---
29.300.33	Trabalho de Conclusão do Curso	80h	4	0	4	-	29.300.27
TOTAL SEMESTRE V		320	16	11	5		
TOTAL GERAL		1800					
OPTATIVAS							
Código	Componente curricular	CH	Créd.	Teoria	Prática	PCC	Pré-requisito
29.300.34	Qualidade de Vida e Trabalho	40h	2	1	1	-	---
29.300.35	Saúde Ambiental	40h	2	1	1	-	---
29.300.36	Indicadores de Sustentabilidade	40h	2	1	1	-	---
29.300.37	Educação Ambiental Marinha e Costeira	40h	2	1	1	-	---
29.300.38	Cultivo e Processamento Sustentável de Macroalgas Marinhas	40h	2	2	0	-	---
29.300.39	Sustentabilidade na Cadeia Produtiva do Pescado com ênfase no Aproveitamento de Resíduos	60h	6	4	2	-	---
29.300.40	Desenvolvimento e Tecnologia Sustentável	40h	2	1	1	-	---

Tabela 6 – Resumo Geral de Créditos na Matriz Curricular do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFCE Campus Paracuru.

Resumo Geral	
Estágio Supervisionado (optativo)	200 horas
Trabalho de conclusão de curso [TCC]	120 horas
Atividades Teórico-práticas de aprofundamento	100 horas
Conteúdos Curriculares Obrigatórios	1640 horas
TOTAL DE HORAS SEM ESTÁGIO	1860 horas
TOTAL DE HORAS COM ESTÁGIO	2060 horas

O quadro ilustrativo abaixo mostra o percurso de formação do curso de

Tecnologia em Gestão Ambiental e suas disciplinas obrigatórias, classificando-as por núcleo, e permitindo informar a sua respectiva carga horária total e total de créditos.

Legenda:

	Núcleo I – Interdisciplinar
	Núcleo II – Diagnóstico Ambiental
	Núcleo III – Gestão Ambiental

SEMESTRE I	SEMESTRE II	SEMESTRE III	SEMESTRE IV	SEMESTRE V
Microbiologia Básica (80h)	Microbiologia Sanitária e Ambiental (40h)	Topografia e Sensoriamento Remoto (80h)	Planejamento e Elaboração de Projetos (40h)	Gestão e Manejo de Áreas Protegidas (40h)
Química Geral (80h)	Estudos Ambientais (80h)	Legislação Ambiental (40h)	Gestão de Águas Residuárias II (40h)	Certificação e Auditoria Ambiental (40h)
Ecologia Geral (80h)	Química Analítica Ambiental (80h)	Gestão de Resíduos Sólidos I (80h)	Gestão de Resíduos Sólidos II (80h)	Manejo Sustentável do Semi-Árido (40h)
Matemática Aplicada (80h)	Química Orgânica (40h)	Empreendedorismo Ambiental (40h)	Recuperação de Áreas Degradadas (40h)	Planejamento e Ordenamento Urbano e Territorial (40h)
Educação Ambiental (40h)	Metodologia Científica (40h)	Gestão de Águas Residuárias I (80h)	Geologia e Manejo Ecológico do Solo (40h)	Libras (40h)
Int. a Gestão Ambiental (40h)	Estatística Aplicada (40h)	Gestão e Poluição Atmosférica (40h)	Gestão de Bacias (40h)	Trabalho de Conclusão do Curso (80h)
	Tratamento e Abastecimento de Água (40h)	Higiene e Segurança do Trabalho (40h)	Projeto de TCC (40h)	
(400h)	(360h)	(400h)	(320h)	(280h)

Estágio Supervisionado (optativo)	200 horas
Trabalho de conclusão de curso [TCC]	120 horas
Atividades Teórico-práticas de aprofundamento	100 horas

Conteúdos Curriculares Obrigatórios	1640 horas
TOTAL DE HORAS SEM ESTÁGIO	1860 horas
TOTAL DE HORAS COM ESTÁGIO	2060 horas

8.3. Avaliação da Aprendizagem

Entendendo-se que avaliar é o ato de acompanhar a construção do conhecimento do discente, a avaliação da aprendizagem pressupõe: promover o aprendizado, favorecendo o progresso pessoal e a autonomia, num processo global, sistemático e participativo.

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação que, de forma integrada aos processos de ensino e aprendizagem, assuma as funções diagnóstica, formativa e somativa. Tais ações são utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos futuros profissionais, funcionando como instrumento colaborador para verificação da aprendizagem.

A avaliação será processual e contínua, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB 9.394/96. O processo de avaliação será orientado pelos objetivos definidos nos PUDs do curso, na perspectiva de contribuir incessantemente para a efetiva aprendizagem do aluno.

A avaliação do desempenho acadêmico é feita por componente curricular, utilizando-se de estratégias formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática da pesquisa, da reflexão, da criatividade e do autodesenvolvimento.

Avaliar a aprendizagem pressupõe avaliar se a metodologia de trabalho correspondeu a um processo de ensino ativo, desprezando processos que levem o discente a uma atitude passiva e alienante. Implica redimensionar o conteúdo e a forma de avaliação, proporcionando momentos em que o discente expresse sua compreensão, análise e julgamento de determinados problemas, relacionados à

prática profissional em cada unidade de conteúdo.

Avaliar está relacionado à busca de uma aprendizagem significativa para quem aprende e também para atender às necessidades do contexto atual. Diante disso, a avaliação requer procedimentos metodológicos nos quais discentes e docentes estejam igualmente envolvidos. É necessário que o discente tenha conhecimento dos objetivos a serem alcançados, do processo metodológico implementado na instituição e conheça os critérios de avaliação da aprendizagem, bem como proceda a sua autoavaliação.

O docente formador, ainda que esteja envolvido num processo de ensino que privilegie a participação ativa do discente, atua como elemento impulsionador, catalisador e observador do nível da aprendizagem de seus discentes no processo e não somente no final, o que requer acompanhamento sistemático e diário da desenvoltura do discente.

Assim sendo, a avaliação deverá permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis à análise dos diferentes aspectos da vida acadêmica de seus discentes, mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos por eles construídos e reconstruídos no processo de desenvolvimento de suas capacidades, atitudes e habilidades.

Pensando numa conjugação de instrumentos que permitam captar melhor as diversas dimensões dos domínios da competência (habilidades, conhecimentos gerais, atitudes e conhecimentos técnicos específicos), o ROD do IFCE em seu art. § 1º, referenda alguns instrumentos e técnicas:

- I. Observação diária dos estudantes pelos professores, durante a aplicação de suas diversas atividades;
- II. Exercícios;
- III. Trabalhos individuais e/ou coletivos;
- IV. Fichas de observações;

- V. Relatórios;
- VI. Autoavaliação;
- VII. Provas escritas com ou sem consulta;
- VIII. Provas práticas e provas orais;
- IX. Seminários;
- X. Projetos interdisciplinares;
- XI. Resolução de exercícios;
- XII. Planejamento e execução de experimentos ou projetos;
- XIII. Relatórios referentes a trabalhos, experimentos ou visitas técnicas;
- XIV. Realização de eventos ou atividades abertas à comunidade;
- XV. Autoavaliação descritiva e outros instrumentos de avaliação considerando o seu caráter progressivo.

De acordo com o ROD, a sistemática de avaliação se desenvolverá em duas etapas. Em cada uma delas, serão atribuídas aos discentes médias obtidas nas avaliações dos conhecimentos, e, independentemente do número de aulas semanais, o docente deverá aplicar, no mínimo, duas avaliações parciais por etapa. A nota semestral será a média ponderada das duas etapas. É válido ressaltar que a aprovação do discente no componente curricular é condicionada ao alcance da média sete (7,0). As notas de avaliações parciais e a média final de cada etapa e de cada período letivo terão apenas uma casa decimal.

Caso o aluno não atinja a média mínima para aprovação, mas tenha obtido, no semestre, a nota mínima três (3,0), ser-lhe-á assegurado o direito de fazer a prova final. Esta deverá ser aplicada no mínimo três dias letivos após a divulgação do resultado da média semestral e poderá contemplar todo o conteúdo trabalhado no semestre. A média final será obtida pela soma da média semestral e da nota da prova final, dividida por dois (2), e a aprovação do discente estará condicionada à obtenção de média mínima cinco (5,0).

Será considerado aprovado o discente que obtiver a média mínima, desde que tenha frequência igual ou superior a 75% do total de aulas de cada componente

curricular. As faltas justificadas não serão abonadas, embora seja assegurado ao aluno o direito à realização de trabalhos e avaliações ocorridos no período da ausência.

Para aqueles discentes que não atingirem desempenho satisfatório, a partir da etapa 1, serão realizadas ações institucionais para a recuperação da aprendizagem, tais como:

- A verificação da sistemática de avaliação ao longo das etapas e semestres do curso;
- A (re)orientação do processo educativo quando os resultados atingidos forem insatisfatórios diante dos objetivos esperados;
- O desenvolvimento de turmas de apoio extraclasse, admitindo uma metodologia de ação, como as células de aprendizagem colaborativa;
- O fortalecimento de políticas institucionais como a monitoria remunerada e voluntária para turmas com resultados insatisfatórios, inicialmente;
- A colaboração e apoio ao trabalho docente diante das demandas contextuais e institucionais.

8.4.Critérios para Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos é contemplado pela legislação educacional brasileira. A Lei nº 9.394 de 1996 dispõe:

Art. 47 § 2º - Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

O Regulamento da Organização Didática do IFCE (ROD) em seu art. 130 assegura aos estudantes ingressantes e veteranos o direito de aproveitamento dos

componentes curriculares cursados, mediante análise, desde que sejam obedecidos os dois critérios a seguir:

I. O componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular a ser aproveitado;

II. O conteúdo do componente curricular apresentado deve ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de compatibilidade com o conteúdo total do componente curricular a ser aproveitado.

O ROD também possibilita contabilizar estudos realizados em dois ou mais componentes curriculares que se complementam, no sentido de integralizar a carga horária do componente a ser aproveitado. Entretanto, o ROD em seu art. 131 proíbe o aproveitamento de determinados estudos de componentes curriculares para estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares.

De acordo com o art. 132 do ROD, o componente curricular a ser aproveitado no curso de Tecnologia em Gestão Ambiental deve pertencer ao nível de graduação ou ao nível de ensino de pós-graduação, devendo ser solicitado no máximo uma vez.

O estudante pode solicitar aproveitamento de componentes curriculares, sem observância do semestre em que estes estiverem alocados na matriz curricular do curso, observando prazos especificados pelo art. 133, a saber:

I. até 10 (dez) dias letivos após a efetuação da matrícula - para estudantes ingressantes;

II. até 30 (dias) dias após o início do período letivo - para estudantes veteranos.

Conforme explica o art. 134 do ROD, o procedimento de solicitação de aproveitamento de componentes curriculares deve ser feito mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, acompanhada dos seguintes documentos:

- I. histórico escolar, com carga horária dos componentes curriculares, autenticado pela instituição de origem;
- II. programas dos componentes curriculares, devidamente autenticados pela instituição de origem.

Após receber a solicitação de acordo com o art. 134, a coordenadoria do curso deverá encaminhar a solicitação para a análise de um docente da área do componente curricular a ser aproveitado em concordância com o art. 135 que determina as seguintes regras:

§ 1º O docente que analisar a solicitação deverá remeter o resultado para a coordenadoria de curso que deverá informá-lo ao estudante e encaminhá-lo à CCA para o devido registro no sistema acadêmico e arquivamento na pasta acadêmica do estudante.

§ 2º Caso o estudante discorde do resultado da análise do aproveitamento de estudos, poderá solicitar a revisão deste, uma única vez.

§ 3º O prazo para a solicitação da revisão do resultado deverá ser de até 5 (cinco) dias letivos a partir da sua divulgação.

§ 4º O gestor máximo do ensino no campus nomeará dois outros professores com conhecimento na área, para proceder à revisão e emitir parecer final.

Por fim, todo o processo para conclusão de todos os trâmites de aproveitamento de estudos, incluindo uma eventual revisão de resultado, devem ter um prazo máximo de 30 (trinta) dias letivos após a solicitação inicial, em conformidade com o art. 136.

Em relação ao aproveitamento de experiências anteriores, o art 138 do ROD determina que não poderá ser solicitada validação de conhecimento no caso de cursos de graduação para:

- I. Estudantes que tenham sido reprovados no IFCE no componente curricular cuja validação de conhecimentos adquiridos foi solicitada;
- II. Estágio curricular, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares.

A validação de conhecimentos deverá ser aplicada por uma comissão avaliadora, indicada pelo gestor máximo do ensino no *Campus Paracuru*, composta por pelo menos dois docentes que atendam um dos seguintes requisitos, por ordem de relevância como especifica o art. 139.

- I. Lecionem o componente curricular requerido e sejam lotados no curso para o qual a validação esteja sendo requerida;
- II. Lecionem o componente curricular requerido;
- III. Possuam competência técnica para tal fim.

A solicitação de validação de conhecimentos deverá ser feita mediante requerimento protocolado e enviado à coordenadoria do curso, juntamente com o envio dos documentos listados pelo art. 140, podendo ter documentação complementar se a comissão avaliadora as solicitar. Esses documentos são:

- I. Declaração, certificado ou diploma – para fins de validação em conhecimentos adquiridos em estudos regulares;
- II. Cópia da Carteira de Trabalho (páginas já preenchidas) ou declaração do empregador ou de próprio punho, quando autônomo - para fins de validação de conhecimentos adquiridos em experiências profissionais anteriores.

O art. 141 garante o direito do IFCE Campus Paracuru de instituir o calendário do processo de validação de conhecimentos, devendo ser disponibilizado aos discentes em até 1 (um) dia anterior ao período de inscrição. A validação deverá ser

solicitada nos primeiros 30 (trinta) dias do período letivo em curso e todo o processo de validação deverá ser concluído em até 50 (cinquenta) dias letivos do semestre em curso, a contar da data inicial de abertura do calendário do processo de validação de conhecimentos, definida pelo *campus*.

Os artigos 142 e 143 do ROD determinam que a validação de conhecimentos de um componente curricular só poderá ser solicitada uma única vez e caso o estudante não compareça a qualquer uma das etapas de avaliação, a solicitação de validação é automaticamente cancelada. A nota mínima a ser alcançada pelo estudante na validação deverá ser 7,0 (sete) para o curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, conforme determina o artigo 144. Em caso de discordância do resultado obtido, o art. 145 dá direito ao estudante de requerer à coordenadoria de curso revisão de avaliação no prazo de 2 (dois) dias letivos após a comunicação do resultado. Nesse caso, o gestor máximo do ensino no *campus* nomeará dois outros professores com conhecimento na área, para proceder à revisão e emitir parecer final.

8.5.Diploma

Ao discente do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFCE *Campus* Paracuru que concluir com êxito todas as etapas de estudos previstas na matriz curricular, incluindo o TCC, estágio curricular e atividades complementares, de acordo com a obrigatoriedade expressa neste PPC, deverá ser conferido o diploma de Tecnólogo em Gestão Ambiental, após a colação de grau.

A participação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) é obrigatória para os estudantes que concluirão o curso no ano de aplicação do exame correspondente à área de Tecnologia em Gestão Ambiental ou tenham expectativa de conclusão do curso até julho do ano seguinte, assim como aqueles que tiverem concluído mais de 80% da carga horária mínima do currículo do curso até o término do período de inscrição da prova.

Segundo o art. 168 do ROD, a não participação no exame deixa o estudante em situação de irregularidade quanto ao ENADE, não podendo colar grau, pois o exame é considerado um componente curricular.

9. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação externa do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental é realizada pelos mecanismos de avaliação do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), pela Renovação do Reconhecimento do Curso e indiretamente pela sociedade onde atuarão os profissionais formados pela Instituição.

Internamente, a avaliação é baseada no levantamento de uma variedade de indicadores de desempenho da Instituição, cujos resultados podem subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes e discentes com o trabalho e envolvimento no âmbito do Curso, resultando em ações desencadeadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e também no Plano de Ação Anual (PAA) da Instituição.

Regularmente são realizadas reuniões pelo Núcleo Docente Estruturante do curso para avaliar o projeto do curso de acordo com as informações repassadas pelos docentes, discentes, coordenação do curso e necessidades de melhoria na matriz curricular. Desta forma, são feitas sugestões de melhoria nos componentes curriculares e outros itens do curso que, então, são submetidas ao Colegiado para aprovação.

O Colegiado de Curso, por sua vez, supervisiona as atividades curriculares, propondo/aprovando e avaliando reestruturações no projeto pedagógico do curso, bem como cuidando de questões didático-pedagógicas que perfazem as ações docentes e discentes na instituição. Além disso, o Colegiado colabora com decisões acerca do desenvolvimento do curso e daqueles que dele fazem parte, viabilizando projeções de melhoria e viabilidade do projeto pedagógico.

Além desses procedimentos, cumpre ressaltar que o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental também é avaliado dentro do contexto da Autoavaliação Institucional do IFCE (Avin- IFCE), realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) institucional, de acordo com a Lei nº 10861/2004, referente ao SINAES.

A Comissão Central de Avaliação do IFCE se articula com os campi, que dispõe em sua estrutura de CPA's com atuação local, para promover um diagnóstico da satisfação da comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos administrativos em educação) com os diversos aspectos de estrutura e funcionamento do campus. A coleta de dados da avaliação institucional realizada anualmente serve de base para a melhoria dos processos educacionais e administrativos, para tanto, ocorre o processo de sensibilização da comunidade acadêmica.

As campanhas de mobilização da Avin IFCE tem o intuito de mobilizar os respondentes e são sucedidas por seminários de socialização dos resultados por meio da CPA local, coordenação dos cursos e Direção Geral. Nestes seminários, estudantes, técnicos e docentes têm a oportunidade de contribuir com sugestões para a melhoria da instituição e do curso. Os resultados da Avin IFCE são socializados, protocolarmente, para a Direção Geral, Departamento de Ensino e Coordenação de curso, inclusive com as contribuições da comunidade acadêmica para que a partir delas sejam providenciadas as intervenções necessárias nos aspectos avaliados como insatisfatórios.

Outro importante instrumento de avaliação para o curso é a Avaliação Docente, realizada semestralmente pela Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP), que gera importante suporte a reflexão dos docentes e dos setores educacionais para o aprimoramento das atividades de ensino, com vistas à melhoria da aprendizagem, diminuição das taxas de retenção e abandono.

A participação do corpo discente nesse processo se dá através da realização da aplicação de um questionário no qual os alunos respondem questões referentes à conduta docente, atribuindo notas de 1 (um) a 5 (cinco), relacionadas à pontualidade,

assiduidade, domínio de conteúdo, incentivo à participação do aluno, metodologia de ensino, relação professor-aluno e metodologia de avaliação.

No mesmo questionário, os alunos avaliam o desempenho dos docentes quanto a pontos positivos e negativos e apresentam sugestões para a melhoria do Curso e da Instituição. Os resultados são apresentados aos professores com o objetivo de contribuir para a melhoria das ações didático-pedagógicas e da aprendizagem discente.

Assim, o processo de avaliação do curso acontece a partir da legislação vigente; pelas discussões empreendidas nos Encontros Pedagógicos, nas reuniões de coordenação, nas reuniões gerais, do NDE e do colegiado do curso, sob a supervisão da Coordenação Técnico-Pedagógica, ao longo do percurso formativo e também pelas avaliações feitas pelos discentes.

A Direção Geral, o Departamento de Ensino, o Departamento de Administração e Planejamento e a Coordenação do Curso subsidiarão as instâncias envolvidas no processo de avaliação do curso.

10.APOIO AO DISCENTE

O IFCE *Campus* Paracuru possibilita aos estudantes algumas ações estratégicas de apoio através dos setores de Assistência Estudantil, Coordenação Técnico-Pedagógica e das demais atividades relacionadas ao desenvolvimento integral do educando.

10.1.Assistência Estudantil

O Setor de Assistência Estudantil, que tem por finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação pública federal, pauta-se nos objetivos estabelecidos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7.234/2010), a saber:

- I. Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III. Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O setor poderá ser composto por uma equipe multidisciplinar: assistente social, psicólogo, enfermeira, odontólogo, nutricionista e técnica em enfermagem. As ações da assistência estudantil possuem dois eixos norteadores: o primeiro com os serviços que visam atender a toda comunidade discente com o atendimento biopsicossocial; e o segundo, com os auxílios que se destinam ao atendimento prioritário do discente em situação de vulnerabilidade social.

O IFCE concede as seguintes modalidades de auxílios: moradia; alimentação; transporte; óculos; visitas e viagens técnicas; acadêmico; didático- pedagógico; discentes mães/pais; formação; de apoio à cultura e ao desporto e pré- embarque

internacional.

O serviço social atua no âmbito das relações sociais junto aos indivíduos, famílias, grupos, comunidades e movimentos sociais, desenvolvendo ações de fortalecimento da autonomia, da participação e do exercício da cidadania. Nesse sentido, o serviço de Psicologia objetiva contribuir para os processos de educação, saúde e bem-estar dos alunos e das pessoas, direta e indiretamente, ligadas ao contexto educacional do discente.

Os serviços de saúde também estão inseridos na Assistência Estudantil, desenvolvendo ações de prevenção, promoção e acompanhamento da saúde do discente, visando garantir, através de suas atividades, a permanência do mesmo na instituição e o direito à educação.

O serviço de alimentação e nutrição proporciona uma alimentação adequada e saudável, contribuindo para a promoção de hábitos alimentares saudáveis e favorecendo a permanência do estudante no espaço educacional.

A atuação em comum de todos os profissionais que integram o setor voltado para a assistência ao educando envolve a realização de diversas ações, a saber: atendimentos individuais; acolhida; orientações gerais e de grupos operativos e socioeducativos.

10.2.Coordenadoria Técnico Pedagógica

A Coordenadoria Técnico-Pedagógica (CTP) é responsável por promover, em parceria com os diversos setores da Instituição, ações que visem garantir o êxito do processo de ensino-aprendizagem. Tem por finalidade assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo.

10.3.Coordenadoria de Controle Acadêmico

A Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA) atua como setor de execução de processos e atendimento de demandas relacionadas ao Sistema Q-Acadêmico. No organograma institucional, está subordinada à Diretoria de Ensino. As principais atribuições deste setor estão voltadas para as atividades de ingresso, matrícula, criação de turmas, horários, expedição de diplomas dos cursos técnicos e demais documentos referentes à rotina acadêmica discente.

Os procedimentos realizados são pautados no ROD, que traz orientações sobre os princípios legais para as tomadas de decisão, respeitando as diretrizes previstas na legislação educacional vigente.

10.4.Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental atua para promover o sucesso das ações acadêmicas e administrativas no âmbito do curso, estabelecendo o diálogo entre estudantes, professores e demais membros da equipe gestora.

As atribuições do coordenador do curso estão definidas na Nota Técnica Nº 2 PROEN, de 18 de maio de 2015. O coordenador do curso também atua de acordo com um plano de ação, cujo procedimento de elaboração é definido na Nota Técnica Nº 4 PROEN, de 30 de novembro de 2018.

10.5.Demais Setores e Atividades

No que diz respeito à Biblioteca, esta está à disposição dos discentes da Instituição, oferecendo-lhes, além da utilização do seu acervo, os seguintes serviços:

- Referência – atendimento ao usuário, auxílio à pesquisa, desenvolvimento e

atualização de tutoriais;

- Orientação e/ou busca bibliográfica;
- Empréstimo domiciliar – permissão da retirada de material bibliográfico por período determinado;
- Orientação de trabalhos acadêmicos – orientação à normalização de documentos, de acordo com as normas adotadas pela ABNT;
- Visita orientada – apresentação da biblioteca e demonstração dos serviços oferecidos ao usuário;
- Programa de capacitação do usuário – oferece treinamento para que o usuário tenha maior autonomia na busca de materiais, como também dos recursos dos quais a Biblioteca dispõe.

Atividades esportivas poderão ser desenvolvidas por meio de projetos interdisciplinares auxiliando na associação e aprendizagem de conteúdos globais e específicos programáticos, adoção de hábitos saudáveis e abordagem de temas atuais de grande repercussão. Além disso, também serão realizadas palestras e atividades físicas em eventos internos e locais, com ênfase na qualidade de vida e prática regular de atividade física.

Além da equipe multidisciplinar, os alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental são atendidos na Coordenação do Curso, cujo horário de atendimento é divulgado semestralmente aos discentes de acordo com o horário das aulas.

Os docentes do curso de Gestão Ambiental disponibilizam um horário regular semanal para atendimento dos alunos e horários extras sob agendamento.

O IFCE *Campus Paracuru* também prepara a criação do seu Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que terá como finalidade a promoção do acesso, permanência e êxito educacional do discente com necessidades específicas. O NAPNE planejará e avaliará as atividades que se relacionam à inclusão e acessibilidade no campus. Vinculado a Pró-reitoria de Extensão, o NAPNE envolve tanto discentes quanto docentes e técnicos, no

planejamento e desenvolvimento de ações que discutam, reflitam e repensem as práticas que relacionam diversidade, acessibilidade e educação.

10.6.Mobilidade e Intercâmbio

Com relação à Mobilidade e Intercâmbio, em 2019, o Campus Paracuru prepara-se para se inserir no programa de intercâmbio internacional para buscar enviar alunos para cursar um semestre em uma instituição de outro país. As bolsas do IFCE Internacional podem ser disputadas por estudantes do Curso de Gestão Ambiental, desde que sejam maiores de 18 anos (idade no ato da inscrição), tenham coeficiente de rendimento acadêmico igual ou superior a 7,0 e sejam proficientes no idioma oficial adotado pela instituição de ensino receptora.

Além disso, para concorrer no programa IFCE Internacional, o candidato precisa ter cursado, no mínimo, o primeiro semestre, ou estar cursando, no máximo, o penúltimo semestre do curso no qual está matriculado quando do momento da inscrição; além de não ter sido bolsista de qualquer programa de mobilidade internacional coordenado ou mediado pelo IFCE.

O estudante do IFCE precisa apresentar a documentação e histórico escolar exigidos no edital, além de uma Carta de Motivação no idioma do país para o qual pretende concorrer. A bolsa deverá custear as despesas obrigatórias com passaporte, visto, seguro-saúde, acomodação, alimentação e material didático. O próprio bolsista é responsável pela obtenção do passaporte junto a Polícia Federal, bem como do visto junto às embaixadas e/ou consulados estrangeiros no Brasil.

Há, ainda, a possibilidade de mobilidade dentro do próprio país, por meio de parcerias do IFCE com outras instituições de Ensino Superior públicas ou privadas, priorizando cursos da área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Os componentes curriculares cursados pelo discente durante o intercâmbio poderão ser aproveitados nos componentes curriculares do Curso de Gestão Ambiental, respeitando-se os critérios definidos no ROD. Assim, ao escolher os componentes curriculares na instituição de ensino receptora, é importante que o discente, junto à coordenação e aos docentes do Curso de Gestão Ambiental, analise o programa dos componentes para possível aproveitamento.

10.7.Políticas Institucionais Constantes no PDI

10.7.1.Monitoria

Os alunos do curso têm a oportunidade de, semestralmente, participarem do processo de seleção para atividades de monitoria nas disciplinas, com ou sem remuneração. O exercício de monitoria permite adquirir créditos na modalidade de atividades complementares.

10.7.2.Atividades de Pesquisa

Os alunos do curso são incentivados a participarem de projetos de pesquisa junto aos professores do curso de Gestão Ambiental. Esses projetos podem estar vinculados a uma bolsa de pesquisa de iniciação científica dos programas de pesquisa regidas por editais do IFCE, como PIBIC e PIBIT, a programas de pesquisa próprios do *Campus Paracuru*, entre outros.

10.7.3.Atividades de Extensão

Atualmente, existem dois tipos de atividades de Extensão acessíveis aos alunos do IFCE *Campus Paracuru*. Em especial, os discentes do curso Tecnologia em

Gestão Ambiental estão regularmente envolvidos na organização e realização dos seguintes eventos:

I. Semana do Meio Ambiente

O evento, geralmente, é realizado no mês do dia mundial do meio ambiente, ocorrendo de forma integral durante dois, utilizando o auditório para as palestras, as salas de aula e laboratórios de informática para os minicursos e, à noite, as dependências do *Campus* para atividades lúdicas.

Envolve as seguintes áreas temáticas vinculadas a formação do Tecnólogo em Gestão Ambiental. Com estas áreas temáticas, pretende-se compilar materiais que abordem a grande relevância nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, de forma didática e introdutória, mas que tenha o potencial para despertar o interesse dos acadêmicos a cada vez mais a se profissionalizar e desenvolver o empreendedorismo.

Os palestrantes convidados para participar do evento são profissionais do mercado, alunos e docentes do Curso de Gestão Ambiental do IFCE Paracuru.

II. Universo IFCE

O evento, também realizado anualmente no *Campus Paracuru*, tem o objetivo de ampliar o conhecimento da população local acerca das ações desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão pelo Instituto e é voltado especialmente a estudantes dos ensinos fundamental e médio das redes pública e privada.

10.8. Corpo Docente e Técnico Administrativo

As Tabelas 7 e 8 descrevem, respectivamente, o corpo de servidores docentes e técnicos-administrativos, tomando por base a operacionalidade do Campus Paracuru em 2022.

Tabela 7 - Corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em gestão Ambiental IFCE Campus Paracuru

Docente	Graduação	Pós-Graduação	Titulação máxima	Vínculo, regime de trabalho	SIAPÉ
Ana Karine Portela Vasconcelos	Lic. Em Química	Saneamento Ambiental	Doutora	Efetivo 40h DE	2553883
Andrea Moura da Costa Silva	Administração de Empresas	Educação	Doutora	Efetivo 40h DE	2891216
Arlene Stephanie Menezes Pereira	Ed. Física	Ed. Física	Mestre	Efetivo 40h DE	2408067
Carlos Sérgio Rodrigues da Silva	Matemático	Matemática	Mestre	Efetivo 40h DE	2408470
Cledeilson Pereira Santos	Tecnólogo em Saneamento Ambiental	Recurso Hídricos Saneamento e Engenharia Civil	Doutor	Efetivo 40h DE	2134721
Cristina Ferreira Gino	Música e Pedagogia	Artes	Mestre	Efetivo 40h DE	2408504
Eugênio Pacelli N. Brasil de Matos	Biólogo	Ecologia e Recursos Naturais	Mestre	Efetivo 40h DE	1856592
Jorgeana Jorge de A. Benevides	Bióloga	Especialização em Biologia e Química.	Mestre	Efetivo 40h DE	1958146
Luciana Antonia Araújo de Castro	Eng.de Pesca	Ciências Marinhas Tropicais	Doutora	Efetivo 40h DE	1684505
Márcio Alves Bezerra	Eng. de Pesca	Ciências Marinhas Tropicais	Doutor	Efetivo 40h DE	1851922
Max William de Pinho Santana	Eng.de Pesca	Ciências Marinhas Tropicais	Doutor	Efetivo 40h DE	1448072
Mayhara Martins Cordeiro Barbosa	Tecnóloga em Gestão Ambiental	Microbiologia Agropecuária e Aquicultura	Doutora	Efetivo 40h DE	1842469
Pedro Herlleyson Gonçalves Cardoso	Agrônomo/Lic. Em Química e Biologia	Eng e Saneamento Ambiental/Segurança do Trabalho e Saúde Coletiva	Mestre	Substituto 40h	-
Rodrigo De Salles	Biólogo	Recursos Pesqueiros e Eng. de Pesca	Doutor	Efetivo 40h DE	1757862
Sibele Maria Souza	Pedagogia/Lic. Letras/Libras	Libras	Mestre	Efetivo 40h DE	2408676
Toivi Masih Neto	Eng.de Pesca	Ciências Marinhas Tropicais	Doutor	Efetivo 40h DE	1757995
Valdineia Soares Freitas	Bióloga	Bioquímica/ Microbiologia	Doutora	Efetivo 40h DE	1895725

Tabela 8 – Descrição Quantitativa de Técnicos Administrativos disponíveis para apoio ao Curso Superior de Tecnologia em gestão Ambiental IFCE Campus Paracuru

DESCRIÇÃO		Qde.
Apoio Técnico		
Profissionais de nível superior, para assessoria técnica aos docentes, no que diz respeito às políticas educacionais da instituição, e acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem.	Pedagoga	01
	Técnico em Assuntos Educacionais	01
Profissionais de nível superior para acompanhamento na Coordenadoria de Assistência e Assuntos Estudantis.	Assistente Social	01
	Psicologa	01
	Enfermeira	01

10.9. Infraestrutura

10.9.1. Salas de Aula

As salas de aula ficam nos blocos de ensino e são bem iluminadas, arejadas e com carteiras ergonômicas modelo padrão do IFCE. As salas possuem ventilação natural e quadros de vidro também no modelo padrão do IFCE.



Fotos: Sala de aula & Bloco de Ensino do Curso Tecnologia em Gestão Ambiental no IFCE Campus Paracuru.

10.9.2. Biblioteca

A biblioteca possui um bloco específico com estantes modelo padrão do IFCE e espaços de estudo individual, estudo coletivo e computadores para pesquisa dos alunos. O acervo bibliográfico estará sendo adquirido ano a ano conforme o curso for sendo implantado e já foram comprados os livros para o primeiro ano de funcionamento. Conta ainda com um auxiliar de biblioteca e uma bibliotecária.



Fotos: Biblioteca do IFCE Campus Paracuru.

10.9.3. Laboratórios Gerais

Com o intuito de dar um suporte complementar às atividades do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, existem laboratórios gerais na instituição que são utilizados para aulas práticas durante a formação do aluno. São eles: Os laboratórios de informática e os laboratórios de Química, Bioquímica, Biologia, Microscopia e Microbiologia.

Nos 02 (dois) laboratórios de informática, são executadas práticas importantes de

disciplinas obrigatórias como: “Estatística Aplicada”, “Topografia e Sensoriamento Remoto”, “Estudos Ambientais”, etc. O laboratório conta com 30 (trinta) computadores com internet a cabo que possibilitam a utilização de software livres e de grande impacto na formação dos alunos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Campus Paracuru.



Foto: Laboratório de Informática do IFCE Campus Paracuru.

Nos 03 (três) laboratórios de “Química e Bioquímica”; “Microscopia e Microbiologia” e “Biologia Geral” do IFCE Campus Paracuru, também são executadas práticas de disciplinas tanto do eixo “interdisciplinar” quanto do eixo “diagnóstico ambiental” que apresenta relevante importância na formação dos alunos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Campus Paracuru.





Fotos: Laboratórios de “Química e Bioquímica”; “Microscopia e Microbiologia” e “Biologia Geral” do IFCE Campus Paracuru.

10.9.4. Laboratórios Específicos

Ainda existem na infraestrutura do Campus Paracuru para as atividades do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, mais 02 (dois) laboratórios específicos que são utilizados para aulas práticas durante a formação do aluno. São eles: Os laboratórios de “Análises Ambientais I e II”.

Nesses 02 (dois) laboratórios são executadas práticas de disciplinas do eixo “diagnóstico ambiental” que apresentam relevante importância na formação dos alunos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Campus Paracuru.



Fotos: Laboratórios de “Análises Ambientais I e II” do IFCE Campus Paracuru.

11.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. LEI No 3.552, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências, 1959.

_____. LEI No 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.394 de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1996.

_____. Parecer CNE/CEB Nº 16/99. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, 1999.

_____. DECRETO No 3.462, DE 17 DE MAIO DE 2000. Dá nova redação ao art. 8º do Decreto no 2.406, de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

_____. Parecer CNE/CES nº 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001. Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo.

_____. Parecer CNE/CP nº 29/2002, aprovado em 3 de dezembro de 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

_____. PARECER CNE/CEB Nº 40/2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº

9.394/96 (LDB), 2004.

_____. DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências, 2006.

_____. DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino, 2006.

_____. DECRETO Nº 5.840, DE 13 DE JULHO DE 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências, 2006.

_____. Lei nº 11.892 de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF, 2008.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional da Educação (PNE). 2014. Disponível em:

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>.

CEARÁ. Assembléia Legislativa do Estado do. Cenário Atual dos recursos hídricos do Ceará /Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Eudoro Walter de Santana (Coordenador). – Fortaleza: INESP, 2008.

BRASIL. Lei Nº15.773 , 10 de março de 2015. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20150310/do20150310p01.pdf>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ:
Regulamento da Organização Didática – ROD/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - Fortaleza, 2015. 63p.

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 22 DE AGOSTO DE 2016. Aprova a Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, 2016.

IPECE. Ceará em Mapas: Informações georreferenciadas e especializadas para os 184 municípios cearenses. 2010. Acesso em 12 de março de 2012. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/12.htm>.

LEITE, Francisco R. B. et al. Áreas degradadas susceptíveis aos processos de desertificação no Estado do Ceará – Brasil. Fortaleza: FUNCEME, UFC e UFPI, 1992.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. DECRETO Nº 7.566, DE 23 DE SETEMBRO DE 1909. Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf.

_____. PARECER CNE Nº 776/97. Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, 1997.

_____. RESOLUÇÃO CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, 2002.

_____. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, 2015.

_____. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/catalogonacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->>.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Panorama da degradação ambiental, desertificação

e entraves ao desenvolvimento sustentável do Ceará. In: PINHEIRO, Daniel R. de C. (Org.). Desenvolvimento Sustentável: desafios e discussões. Fortaleza: ABC Editora, 2006, p.33-55 (ISBN: 85-7536-181-3).

<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/20175-governo-fecha-parceria-e-ceara-ganhara-complexo-turistico-hoteleiro-em-paracuru>. Acesso em 06 de setembro de 2017.

ANEXOS

**Programas de Unidades Didáticas (PUDs)
Disciplinas do Curso de Tecnologia em
Gestão Ambiental**

ANEXO I – Obrigatórias

ANEXO II – Optativas

Programas de Unidade Didática (PUDs)

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

SEMESTRE I

DISCIPLINA: MICROBIOLOGIA BÁSICA		
Código: 29.300.1		
Carga Horária Total: 80 h	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 20 h
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
1. TORTORA, G.R.; CASE, C.L.; FUNKE, B.R. Microbiologia. 12a Ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. 2. MADIGAN, Michael T. et al. Microbiologia de Brock. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 3. ALBERTS, B. Fundamentos da biologia celular. 4ª Ed. Artmed, 2017.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		
1. BRINQUES, G.B (org.). Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016. 2. SEHNEM, N.T (org.). Microbiologia e Imunologia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. 3. SILVA, N.; JUNQUEIRA, V. C. A.; SILVEIRA, N. F. de A.; TANIWAKI, M. H.; GOMES, R. A. R.; OKAZAKI, M. M. Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água. 5ª Ed. São Paulo: Blucher, 2017. 4. KUMAR, S. Textbook of Microbiology. First Edition. Jaypee Brothers Medical Publishers, 2012. 5. CARVALHO, H.F.; RECCO - PIMENTEL, S.M. A Célula. 4ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2009. 6. FRANCESCHINI, I.M.; BURLIGA, A.L.; PRADO, J.F.; REZIG, S.H.; REVIERS, B. Algas: uma abordagem filogenética, taxonômica e ecológica. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.		

DISCIPLINA: QUÍMICA GERAL		
Código: 29.300.2		
Carga Horária Total: 80 h	CH Teórica: 60 h	CH Prática: 20 h
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		
1. ATKINS, Peter; JONES, Loretta; LAVERMAN, Leroy. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. 2. BRADY, J.; HUMISTON, G. Química Geral. 2. ed. São Paulo: LTC, 2016. 3. TREICHEL JUNIOR, Paul M. et al. Química geral e reações químicas. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

1. BROWN, Theodore. et al. Química: a ciência central. 9a. ed. São Paulo: Pearson Education, 2016.
2. MAIA, J.D. Química Geral. Fundamentos 1ª ed. São Paulo: Editora Pearson, 2007.
3. LENZI, E. Química Geral Experimental. 2ª ed.: Ed. Freitas Bastos, 2012.
4. ROZENBERG, I. M. Química Geral. São Paulo (SP): Edgard Blücher, 2015.
5. PICOLO, K.C.S. de (Org.). Química Geral. 1ª ed. São Paulo: Pearson Education, 2014.

DISCIPLINA: ECOLOGIA GERAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BEGON, M., C. R. TOWNSEND e J. L. HARPER 2007. Ecologia de Indivíduos a Ecosistemas. 4ªed, Artmed, Porto Alegre.
2. ODUM, E. e BARRETTI, G. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
3. RICKLES e RELYEA. Economia da natureza. 8a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FIGUEIRÓ, A. S. Biogeografia: dinâmicas e transformação da natureza. Editora oficina de textos. 2º edição, 2018.
2. PHILIPPI Jr., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. 2º ed. atualizada e ampliada. Barueri: Manole, 2019.
3. ESTEVES, F. A. Fundamentos de limnologia. 1º ed. Editora Interciências, 2014.
4. FERNANDES, R. T. Recuperação de manguezais, Editora Interciências, 2012.
5. BELEM, A.L.G. Diálogos em ecologia urbana (Livro eletrônico). Curitiba: Intersaberes, 2020.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA APLICADA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LEITHOLD, L. Cálculo com Geometria Analítica. 3ª ed. São Paulo: Harbra, 1994.
2. STEWART, J. Cálculo. Volume I, 4a. edição. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
3. MURAKAMI, C.; IEZZI, G. Fundamentos de Matemática Elementar Vol. 1. Editora Atual 9ª Ed. São Paulo: Atual, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FLEMMING, D.M e GONÇALVES, B.M. Cálculo A: Funções, Limite, Derivação e Integração. 6ª edição ver. e amp. Pearson, 2006.
2. THOMAS, G. Cálculo – Vol. 1, 12a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
3. CASTANHEIRA, N.P. Cálculo Aplicado à Gestão e aos Negócios. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016.
4. DEMANA, F. Pré-Cálculo. 2ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

5. DEMANA, F. Pré-Cálculo. 1ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9ª. ed. São Paulo: Gaia, 2015.
2. PHILIPPI Jr., A.; PELICION, M.C.F. Educação ambiental e sustentabilidade. 2ª ed. Revisada e atualizada. Barueri: Manole, 2013.
3. FANTIN, M. E.; OLIVEIRA, E. Educação Ambiental, Saúde e Qualidade de Vida. 2ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.
4. ARAÚJO, T.L.R. de; STEINMETZ, W.; CAMARDELO, A.M.P (Orgs.). Direitos fundamentais, ecofeminismo e gênero. Caxias do Sul, RS: Educus, 2021.
5. CALGARO, C.; PEREIRA, A.O.K.; PEREIRA, H.M.K. Consumo, democracia e meio ambiente: os reflexos socioambientais. Caxias do Sul. RS: Educus, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DOURADO, J.; BELIZÁRIO, F. Reflexão e Práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.
2. PEDRINI, A. G.; SAITO, C. H. Paradigmas Metodológicos em Educação ambiental. Petrópolis, RJ., Editora: Vozes, 2014.
3. PINOTI, R. Educação Ambiental para o século XXI: no Brasil e no mundo. 2ª ed. São Paulo: Blucher, 2016.
4. DIAS, G.F. Pegada Ecológica e Sustentabilidade humana: As dimensões humanas das alterações globais. São Paulo: Gaia, 2012.
5. BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Disponível em: Acesso em: 31 jul. 2018.
6. _____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: Acesso em: 31 jul. 2018.
7. ALENCASTRO, M.S.C. Ética e meio ambiente: Construindo as bases para um futuro sustentável. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.
8. BRAND, A. Racismo, conflitos socioambientais e cidadania. In: HERCULANO, S; PACHECO, T. (Org.) Racismo Ambiental. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2006. p.88-99.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A GESTÃO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. 2º ed. atualizada e ampliada, Barueri: Manole, 2019.
2. BARBIERI, J.CS. Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4ª ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2016.
3. CALIJURI, M.C., CUNHA, D.G.F. (Org.), Engenharia ambiental: conceitos, tecnologia e

gestão, 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. REIS, L.B; FADIGAS, E.A.F. A; CARVALHO, C.E. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. 3ª ed. revisada e atualizada. Barueri: Manole, 2019.
2. LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. 11ª ed. Petrópolis, RJ: 2015.
3. BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; et al. Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª Ed., Pearson Prentice Hall, 2005.
4. BARSANO, P.R.; BARBOSA, R.P. Meio Ambiente - Guia Prático e Didático. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
5. STRUCHEL, A.C de O.; MENEZES, R. Gestão ambiental de cidades sustentáveis. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.

SEMESTRE II

DISCIPLINA: MICROBIOLOGIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. TORTORA, G.R.; CASE, C.L.; FUNKE, B.R. Microbiologia. 12a Ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
2. MADIGAN, Michael T. et al. Microbiologia de Brock. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; et al. Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª Ed., Pearson Prentice Hall, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRINQUES, G.B. (org.). Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
2. SEHNEM, N.T (org.). Microbiologia e Imunologia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
3. SILVA, N.; JUNQUEIRA, V. C. A.; SILVEIRA, N. F. de A.; TANIWAKI, M. H.; GOMES, R. A. R.; OKAZAKI, M. M. Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos e água. 5ª Ed. São Paulo: Blucher, 2017.
4. KUMAR, S. Textbook of Microbiology. First Edition. Jaypee Brothers Medical Publishers, 2012.
5. ROCHA, M.C.V. da. Microbiologia ambiental (Livro eletrônico). Curitiba: Intersaberes, 2020.

DISCIPLINA: ESTUDOS AMBIENTAIS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KOHN, R. Ambiente e sustentabilidade: Metodologias para gestão. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.
2. SANCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: Conceitos e métodos. 3a ed. atualizada

e aprimorada. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

3. PHILIPPI Jr, A.; ALVES, A. Curso interdisciplinar de direito ambiental. Barueri: Manole, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CURI, D. (Org.). Gestão ambiental. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2012.

2. GARCIA, K. C. Avaliação de impactos ambientais. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2014.

3. CUNHA, B. P.; AUGUSTIN, S. (Orgs.). Sustentabilidade ambiental: Estudos jurídicos e sociais (Recurso eletrônico). Caxias do Sul: EducS, 2014.

4. CALDAS, R. M. (Org.). Gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais. 2ª ed. Organização SGS Academy. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

5. SILVA, C. F.; FRANCO, P.; CUNHA E SOUZA, M.; VENERAL, D. C. (Org.). Responsabilidade civil e penal ambiental, aspectos processuais e licenciamentos ambientais. Coleção Direito Processual Civil e Direito Ambiental. V.7. Curitiba: Intersaberes, 2014.

DISCIPLINA: QUÍMICA ANALÍTICA AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HARRIS, D. C. Análise Química quantitativa. 9a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

2. VOGEL, A. Análise química quantitativa. 6ª ed. São Paulo: LTC, 2002.

3. SKOOG, D. A.; WEST, D. M.; HOLLER, F. J. et al. Fundamentos de Química analítica. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. HAGE, D.S.; CARR, J.D. Química analítica e análise quantitativa, 6ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.

2. LIMA, K.M.G.; NEVES, L.S. Princípios de Química Analítica Quantitativa, 1ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2015.

3. MERCÊ, A.L.R.; Iniciação à química analítica quantitativa não instrumental. 1ª ed, Curitiba: Intersaberes, 2012.

4. OLIVEIRA, K. I. S., SANTOS, Lilliam R. P., Química Ambiental. 1ª ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.

5. SPIRO, Thomas G. Química ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

6. MANAHAN, Stanley E. Química ambiental. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

7. ROCHA, J.C.; ROSA, A.H.; CARDOSO, A, A. Introdução à química ambiental. 2ª ed. Porto Alegre: Brookman, 2010.

DISCIPLINA: QUÍMICA ORGÂNICA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. SOLOMONS, T. W. Graham; FRYHLE, Craig B.; SNYDER, Scott A. Química orgânica. 12ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

2. MCMURRY, John. Química orgânica: vol.1. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
3. ATKINS, P.; JONES, L.; LAVERMAN, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BRUICE, P. Y. Fundamentos de Química Orgânica, 2 ed., São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
2. BROWN, Theodore. Química: a ciência central. 9ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.
3. ATKINS, Peter. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. Porto Alegre: Bookman, 2014.
4. VOLLHARDT, P.; SCHORE, N. Química orgânica: estrutura e função. Tradução de Flávia Martins da Silva. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.
5. ARAÚJO, Eduardo Moraes. Química orgânica (Livro eletrônico). Curitiba: Contentus, 2020.

DISCIPLINA: METODOLOGIA CIENTIFICA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.
2. MARCONI, M. e LAKATOS, E. Metodologia Científica. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.
3. PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 18ª ed. Campinas: Papirus, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Redação de artigos científicos: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2017.
2. MACHADO, Anna Rachel (coord.). Resumo. São Paulo: Parábola, 2017.
3. COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. Projeto de pesquisa: entenda e faça. 6. ed. 3. reimpr. Petrópolis: Vozes, 2017.
4. FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final - monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2017.
5. AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia científica ao alcance de todos. 4ª ed. Barueri: Manole, 2018.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CLARK, J.; DOWNING, D. Estatística Aplicada. Série Essencial. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. CRESPO, Antônio Arnot. Estatística Fácil. 19ª ed. São Paulo: Saraiva. 2018.
3. MORETTIN, Luiz Gonzaga. Estatística básica: probabilidade e inferência: volume único. São

Paulo: Pearson Prentice Hall, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DEVORE, Jay L. Probabilidade e estatística para engenharia e ciências. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
2. LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística Aplicada. 4ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
3. CALLEGARI-JACQUES, Sidia M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
5. CASTANHEIRA, Nelson Pereira. Estatística aplicada a todos os níveis (Livro eletrônico). Curitiba: Intersaberes, 2012.

DISCIPLINA: TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LIBÂNIO, M. Fundamentos de qualidade e tratamento de água. 4ª ed. Campinas: Editora Átomo, 2016.
2. HELLER, Léo; PÁDUA, Valter Lúcio de (org.). Abastecimento de água para consumo humano. 3ª ed. vol 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
3. HELLER, Léo; PÁDUA, Valter Lúcio de (org.). Abastecimento de água para consumo humano. 3ª ed. vol 2. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. RICHTER, Brian. Em busca da água: um guia para passar da escassez à sustentabilidade. São Paulo: Oficina de Textos, 2015
2. TSUTIYA, Milton Tomoyuk. Abastecimento de Água; São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2006.
3. ANJOS JR., A. H. dos; PHILLIPI JÚNIOR., A. Gestão estratégica do saneamento. Barueri: Manole, 2011.
4. MANCUSO, P.C.S.; SANTOS, H.F. Reúso de água. 1ª Ed. Barueri: Manole, 2003.
5. PHILIPPI JR., A.; GALVÃO JR., A.C. Gestão do saneamento básico: Abastecimento de água e esgotamento sanitário. 1ª Ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2016.

SEMESTRE III

DISCIPLINA: TOPOGRAFIA E SENSORIAMENTO REMOTO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MOREIRA, Maurício Alves. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação. 4ª ed. atual e ampliada. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2012.
2. NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 4. ed. revista

São Paulo: Blucher, 2018.

3. MCCORMAC, Jack; SARASUA, Wayne; DAVIS, William. Topografia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DAIBERT, João Dalton. Topografia: técnicas e práticas de campo. 2ª ed. São Paulo: Érica, 2017.

2. TULER, M.; SARAIVA, S.; TEIXEIRA, A. Manual de Práticas de Topografia. Porto Alegre: Bookman, 2017.

3. TULER, M.; SARAIVA, S. Fundamentos de topografia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

4. SILVA, I.; SEGANTINE, P.C.L. Exercícios de Topografia: teoria e prática de geomática. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

5. SILVA, I.; SEGANTINE, P.C.L. Topografia para engenharia: teoria e prática de geomática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIM, Francini Imene Dias. Legislação ambiental. São Paulo: Érica, 2017.

2. SARLET, I. W.; MACHADO, P. A. L.; FENSTERSEIFER, T. Constituição e legislação ambiental comentadas. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

3. VENERAL, Débora Cristina et al. Responsabilidade civil e penal ambiental, aspectos processuais ambientais e licenciamentos ambientais. Curitiba: InterSaberes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SILVEIRA, Clóvis Eduardo Malinverni (Org.). Princípios do direito ambiental: Articulações teóricas e aplicações práticas (Recurso eletrônico). Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

2. TESTA, Marcelo (Org.). Legislação ambiental e do trabalhador. Organização SGS Academy. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

3. SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

4. PHILIPPI Jr, A.; ALVES, A. Curso interdisciplinar de direito ambiental. Barueri, SP: Manole, 2011.

5. LUNELLI, C. A. (Org.); MARIN, J. D. Ambiente, políticas públicas e jurisdição (Recurso eletrônico). Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

DISCIPLINA: GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MARCHI, C. M. D. F. Gestão dos Resíduos Sólidos. Conceitos e Perspectivas de Atuação. 1ª ed. Editora Appris, 2018.

2. BARBOSA, Rildo Pareira. Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental. São

Paulo: Érica: Saraiva, 2017.

3. MILLER, G. Tyler. Ciência ambiental. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SILVEIRA, A. L. da. Gestão de resíduos sólidos: cenários e mudanças de paradigma. Curitiba: Intersaberes, 2018.

2. NAGALLI, A. Gerenciamento de resíduos sólidos na construção civil. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

3. DOURADO, J.; BELIZÁRIO, F. Reflexão e Práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

4. MAZZAROTTO, Ângelo de Sá. Gestão da sustentabilidade urbana: leis, princípios e reflexões. Curitiba: InterSaberes, 2017.

5. ROBLES, L.T. Logística reversa: um caminho para o desenvolvimento sustentável. Curitiba: Intersaberes, 2019.

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BORGES, Cândido (org.). Empreendedorismo sustentável. São Paulo: Saraiva, 2014.

2. ACADEMIA PEARSON. Criatividade e inovação. São Paulo: Pearson, 2011.

3. DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios. Tradução de Carlos J. Malferrari. São Paulo: Cengage, 2017.

4. MAZZAROTTO, Ângelo de Sá; BERTÉ, Rodrigo. Gestão ambiental no mercado empresarial. Curitiba: InterSaberes, 2019.

5. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7ª ed. São Paulo: Empreende, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DORNELAS, José; SPINELLI, Stephen; ADAMS, Robert. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI. Tradução de Cláudia Mello. 2ª ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

2. AMATO NETO, João. A era do ecobusiness: criando negócios sustentáveis. Barueri: Manole, 2015.

3. WILDAUER, E.W. Plano de Negócios: Elementos constitutivos e processo de elaboração [livro eletrônico] – Curitiba: InterSaberes, 2012.

4. ARANTES, E.C; HALICKI, Z.; STADLER, A. Empreendedorismo e Responsabilidade Social. 2 ed. [livro eletrônico] – Curitiba: InterSaberes, 2014.

5. SERTEK, Paulo. Empreendedorismo (Livro Eletrônico). Curitiba: Intersaberes, 2012.

DISCIPLINA: GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS I

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 4ª ed. 2. reimpresso. Belo Horizonte: UFMG, 2018. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias; v.1).
2. VON SPERLING, Marcos. Princípios básicos do tratamento de esgotos. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2018. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias; v.2).
3. TCHOBANOGLOUS, George et al. Tratamento de efluentes e recuperação de recursos. 5ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MENDONÇA, S.R. Sistemas sustentáveis de esgotos: orientações técnicas para projeto e dimensionamento de redes coletoras, emissários, canais, estações elevatórias, tratamento e reúso na agricultura. São Paulo: Blucher, 2017.
2. PHILLIPI JÚNIOR., Arlindo (coord.). Gestão do saneamento básico: abastecimento de água e esgotamento sanitário. Edição de Alceu de Castro Galvão Jr. Barueri: Manole, 2016.
3. ANJOS JR., Ary Haro dos; PHILLIPI JÚNIOR., Arlindo. Gestão estratégica do saneamento. Barueri: Manole, 2011.
4. PHILIPPI JR., A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2ª ed. Barueri, Editora: Manole, 2005.
5. ROCHA, Aristides Almeida. Histórias do Saneamento. São Paulo: Blucher, 2018.

DISCIPLINA: GESTÃO E POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. FRONDIZI, Carlos Alberto. Monitoramento da qualidade do ar: teoria e prática. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.
2. DERISIO, José Carlos. Introdução ao controle de poluição ambiental. 5ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2017.
3. MILLER, G. Tyler. Ciência ambiental. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. KLUCZKOVSK, A. M. R. G. Introdução ao estudo da poluição dos ecossistemas. Curitiba: Inter saberes, 2019.
2. MAZZAROTTO, A. A. V. S.; SILVA, R. C. Gestão da Sustentabilidade urbana: leis, princípios e reflexões. Curitiba: Inter saberes, 2017.
3. BRAGA, B.; HESPANHOL, I.; CONEJO, J. G. L.; et al. Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª Ed., Pearson Prentice Hall, 2005.
4. CALIJURI, M.C., CUNHA, D.G.F. (Org.), Engenharia ambiental: conceitos, tecnologia e gestão, Ed. Campus, 2013.

DISCIPLINA: HIGIENE E SEGURANÇA DO TRABALHO**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. CARDELLA, B. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística.

2ª ed. Editora: Atlas, 2016.

2. MORAES JUNIOR, C.P. Manual de segurança e saúde no trabalho (Livro eletrônico): Normas regulamentadoras: NRs: Principais legislações trabalhistas aplicáveis à segurança do trabalho. 1ª ed. São Caetano do Sul: (SP): Difusão, 2017.

3. SAVAREGO, S.; LIMA, E. R. de. Tratado prático de segurança e saúde no trabalho. Volume 1. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. OLIVEIRA, C. A. D. de. Segurança e saúde no trabalho: Guia de prevenção de riscos. 1ª ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2014.

2. ROSSETTE, C. A. Segurança do trabalho e saúde ocupacional. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

3. OLIVEIRA, C. L. de; PIZA, F. de T. Segurança e Saúde no Trabalho [livro eletrônico], v1, v2 e v3.– 1 ed. – São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2017.

4. SCALDELA, M.V.; OLIVEIRA, C. A. D. Manual Prático de Saúde e Segurança do Trabalho. – 2 ed. Versão ampliada – São Caetano do Sul – SP. , Yendis Editora, 2012.

5. STUMM, Silvana Bastos. Segurança do trabalho e ergonomia (recurso eletrônico). Curitiba: Contentus, 2020.

SEMESTRE IV

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. LAPPONI, Juan Carlos. Projetos de investimento na empresa. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

2. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7ª ed. São Paulo: Empreende, 2018.

3. COHEN, Ernesto. Avaliação de projetos sociais. 11ª ed. 3. reimpresso. Petrópolis: Vozes, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GIEHL, P.R (Org.). Elaboração de projetos sociais. Curitiba: Intersaberes, 2015.

2. VARGAS, R.V. Gerenciamento de Projetos: Estabelecendo Diferenciais Competitivos 8ª Edição. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

3. VALERIANO, D. Moderno Gerenciamento de Projetos. 2ª Edição, São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

4. BORGES, C. e ROLLIN, F. Gerenciamento de Projetos Aplicado: conceitos e guia prático. Rio de Janeiro, Brasport, 2015.

5. SOLER, A.M. Gerenciamento de Projetos: estudo de caso Rosalina e o piano. 2ª edição revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Brasport, 2015.

DISCIPLINA: GESTÃO DE ÁGUAS RESIDUÁRIAS II

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. VON SPERLING, Marcos. Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. 4ª ed. 2. reimpresso. Belo Horizonte: UFMG, 2018. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias; v.1).
2. VON SPERLING, Marcos. Princípios básicos do tratamento de esgotos. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2018. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias; v.2).
3. TCHOBANOGLOUS, George et al. Tratamento de efluentes e recuperação de recursos. 5ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. MENDONÇA, S.R. Sistemas sustentáveis de esgotos: orientações técnicas para projeto e dimensionamento de redes coletoras, emissários, canais, estações elevatórias, tratamento e reúso na agricultura. São Paulo: Blucher, 2017.
2. PHILLIPI JÚNIOR., Arlindo (coord.). Gestão do saneamento básico: abastecimento de água e esgotamento sanitário. Edição de Alceu de Castro Galvão Jr. Barueri: Manole, 2016.
3. ANJOS JR., Ary Haro dos; PHILLIPI JÚNIOR., Arlindo. Gestão estratégica do saneamento. Barueri: Manole, 2011.
4. PHILLIPI JR., A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 2ª ed. Barueri, Editora: Manole, 2005.
5. ROCHA, Aristides Almeida. Histórias do Saneamento. São Paulo: Blucher, 2018.

DISCIPLINA: GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS II**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. BARBOSA, Rildo Pareira. Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental. São Paulo: Érica: Saraiva, 2017.
2. MAZZAROTTO, Ângelo de Sá. Gestão da sustentabilidade urbana: leis, princípios e reflexões. Curitiba: InterSaberes, 2017.
3. MILLER, G. Tyler. Ciência ambiental. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BARROS, Regina Mambelli. Tratado sobre Resíduos Sólidos: gestão, usos e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Interciência; Minas Gerais: Acta, 2012.
2. SILVEIRA, Augusto Lima da. Gestão de resíduos sólidos: cenários e mudanças de paradigma. Curitiba: InterSaberes, 2018.
3. NAGALLI, André. Gerenciamento de resíduos sólidos na construção civil. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

DISCIPLINA: RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

1. GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R. G. M. (orgs.). Erosão e conservação dos

solos: conceitos, temas e aplicações. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

2. NEPOMUCENO, A.N.; NACHORNIK, V.L. Estudos e técnicas de recuperação de áreas degradadas. Curitiba: Intersaberes, 2015.

3. SANCHES, Patrícia Mara. De Áreas Degradadas a Espaços Vegetados. São Paulo: Senac SP, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. GUERRA, A.J.T.; COELHO, M.C.N. (org.). Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

2. FERNANDES, Rogério Taygra Vasconcelos. Recuperação de manguezais. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2012.

3. PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. 2ª edição ampliada e revisada. Barueri, SP: Manole, 2019.

4 NUNES, L.H. Urbanização e desastres naturais. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

5. BRAGA, Benedito et al. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DISCIPLINA: GEOLOGIA E MANEJO ECOLÓGICO DO SOLO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. GUERRA, A.J.T.; COELHO, M.C.N. (org.). Unidades de conservação: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

2. BRAGA, Benedito et al. Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável. 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

3. POPP, José Henrique. Geologia geral. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. SUGUIO, K. Geologia Sedimentar. São Paulo: Blucher, 2003.

2. CHIOSSI, N. J.. Geologia de engenharia. 3ª ed. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

3. ROSSI, C. H. A. Fundamentos de geologia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

4. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

DISCIPLINA: GESTÃO DE BACIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HELLER, Léo; PÁDUA, Valter Lúcio de (org.). Abastecimento de água para consumo humano. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Vol. 1.

2. HELLER, Léo; PÁDUA, Valter Lúcio de (org.). Abastecimento de água para consumo humano. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Vol. 2.

3. TUCCI, Carlos E. M.; BRAGA, Benedito (org.). Clima e recursos hídricos no Brasil. Porto Alegre: ABRH, 2015. 3

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. TAVEIRA, B.D.A. Hidrogeografia e gestão de bacias. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2018.
2. AMADOR, E. S. Bacia da Baía de Guanabara: características geoambientais, formação e ecossistemas. Rio de Janeiro: Interciência, 2012.
3. POLETO, C. Bacias hidrográficas e recursos hídricos. 1 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.
4. SOARES, S. A. Gestão de recursos hídricos. [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2015.
5. RICHTER, Brian. Em busca da água: um guia para passar da escassez à sustentabilidade. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

DISCIPLINA: PROJETO DE TCC

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. Projeto de pesquisa: entenda e faça. 6ª ed. 3. reimpresso. Petrópolis: Vozes, 2017.
2. MARCONI, M.A. e LAKATOS, E.M. Metodologia do Trabalho Científico: Projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. 8ª Ed. Editora: Atlas, 2018.
3. CERVO, Amado Luiz. Metodologia científica. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PEROVANO, D. G. Manual de metodologia da pesquisa científica. Curitiba: InterSaberes, 2016.
2. KOCH, J. C. Fundamentos de metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34 a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
3. FIGUEIREDO, N. M. A. Método e Metodologia na pesquisa científica. 3ª ed. São Carlos do Sul, São Paulo: Yendis Editora, 2008.

SEMESTRE V

DISCIPLINA: GESTÃO E MANEJO DE ÁREAS PROTEGIDAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BENSUSAN, Nurit. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
2. GASS, Sidnei Luis Bohn. Áreas de preservação permanente - APPs: legislação, práticas científicas e conservação da natureza. Ijuí: Unijuí, 2013.
3. PERES, Carlos A. (org.) et al. Conservação da biodiversidade em paisagens antropizadas

do Brasil. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BASTOS, A. M.; MIRANDA JR, J. P.; SILVA, R. B. L. e. Conhecimento e manejo sustentável da biodiversidade amapaense. São Paulo: Blucher, 2017.
2. PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. 2ª edição ampliada e revisada. Barueri, SP: Manole, 2019.
3. PAESE, A.; UEZU, A.; LORINI, M.L.; CUNHA, A. Conservação da biodiversidade com SIG. 1ª Ed. Editora: Oficina de Textos, 2012.
4. TOMASULO, Pedro Luis Batista. Gestão da biodiversidade uma análise com foco na preservação ambiental. 1ª ed. Editora: Intersaberes, 2015.
5. NEXUCS – Núcleo de Excelência de Unidades de Conservação Ambiental. Unidades de conservação no Brasil - o caminho para resultados. 1ª Ed. Editora: RIMA, 2012.

DISCIPLINA: CERTIFICAÇÃO E AUDITORIA AMBIENTAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MORAES, C. S. B. de; PUGLIESI, E. (orgs.). Auditoria e certificação ambiental. Curitiba: InterSaberes, 2014.
2. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.
3. BERTOLINO, Marco Túlio. Sistemas de gestão integrados ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001: gestão da qualidade, ambiental e da segurança e saúde ocupacional com foco em resultados. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2018.
4. BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 4ª ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PHILLIPI JÚNIOR., A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (ed.). Curso de gestão ambiental. 2ª ed. atualizada e ampliada. Barueri: Manole, 2019.
2. BERTÉ, R.; SILVEIRA, A.L da. Meio Ambiente: Certificação e Acreditação Ambiental. Curitiba: Intersaberes, 2017.
3. CURI, Denise. Gestão Ambiental, 1ª ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2012.
4. SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. ISO 14001 sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
5. TRINDADE, Rodrigo. Auditoria em certificação ambiental (Recurso eletrônico). Curitiba: Consensus, 2020.

DISCIPLINA: MANEJO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. REICHARDT, K e TIMM, L.C. Solo, planta e atmosfera. 2ª Ed. Barueri: Manole, 2014.

2. RICKLEFS, Robert; RELYEA, Rick. A Economia da natureza. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.
3. REIS, Lineu Belico dos et al. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável. 3ª ed. rev .atual. Barueri: Manole, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.
2. TOWNSEND, Colin R.; BEGON, Michael; HARPER, John L. Fundamentos em ecologia. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
3. BERTÉ, Rodrigo. Gestão socioambiental no Brasil: uma análise ecocêntrica. Curitiba: InterSaberes, 2019.

DISCIPLINA: PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO URBANO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. MAZZAROTTO, Ângelo de Sá. Gestão da sustentabilidade urbana: leis, princípios e reflexões. Curitiba: InterSaberes, 2017.
2. ALVES, Ricardo Ribeiro. Administração verde: o caminho sem volta da sustentabilidade ambiental nas organizações. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
3. AGRA FILHO, Severino Soares. Planejamento e gestão ambiental no Brasil: os instrumentos da política nacional de meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. OLIVEIRA, A U.; CARLOS, A. F. (Orgs) Geografia das metrópoles. São Paulo: contexto, 2006.
2. DUARTE, F. Planejamento urbano. Curitiba: InterSaberes, 2012.
3. GARBOSSA, R. A.; SILVA, R. dos S. O processo de produção do espaço urbano: impactos e desafios de uma nova urbanização. Curitiba: InterSaberes, 2016.
4. MAZZAROTO, A. de S.; SILVA, R de C. Gestão da sustentabilidade urbana: leis, princípios e reflexões. Curitiba: InterSaberes, 2017.
5. MENDONÇA, F.; MONTEIRO, C. A. de F.; DANNI-OLIVEIRA, I.; BRANDÃO, A.M. de P. M.; GONÇALVES, N.M. Clima urbano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DISCIPLINA: LIBRAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DICIONÁRIO da língua de sinais do Brasil: a libras em suas mãos - Volume 1 - sinais de A a D. Edição de Fernando César Capovilla et al. São Paulo: EDUSP, 2019.
2. DICIONÁRIO da língua de sinais do Brasil: a libras em suas mãos - Volume 2 - sinais de E a O. Edição de Fernando César Capovilla et al. São Paulo: EDUSP, 2019.
3. DICIONÁRIO da língua de sinais do Brasil: a libras em suas mãos - Volume 3 - sinais de P

a Z. Edição de Fernando César Capovilla et al. São Paulo: EDUSP, 2019.

4. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2019.

5. GESSER, Audrei. O Ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender libras. 5. reimpr. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

6. QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. NOVO Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em linguística e neurociências cognitivas. 2. ed. São Paulo: INEP/CNPq/EDUSP, 2012.

2. FERNANDES, S. Educação de surdos. Curitiba: InterSaberes, 2012.

3. BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologia e práticas pedagógicas. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

4. BAGGIO, M. A.; NOVA, M. G. C. Libras. Curitiba: InterSaberes, 2017.

5. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Maria; NATASATO, Ricardo. Libras: conhecimento além dos sinais. 1ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. Projeto de pesquisa: entenda e faça. 6ª ed. 3. reimpresso. Petrópolis: Vozes, 2017.

2. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

3. CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. reimpresso. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. PEROVANO, D. G. Manual de metodologia da pesquisa científica. Curitiba: InterSaberes, 2016.

2. KOCH, J. C. Fundamentos de metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação á pesquisa. 34 a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

3. FIGUEIREDO, N. M. A. Método e Metodologia na pesquisa científica. 3ª ed. São Carlos do Sul, São Paulo: Yendis Editora, 2008.

4. MARTINS JUNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. 9ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

5. SANTOS, José Heraldo dos. Manual de técnicas de formatação de trabalho de conclusão de curso: Relatórios, monografias, dos cursos superiores, dissertações e teses. 1ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2019.